

EPILEPSIA E MEDICINA LEGAL: A QUESTÃO DA INIMPUTABILIDADE. UM DEBATE CIENTIFICO INFORMADO PELO PRECONCEITO

Aluno: Maria Aparecida dos Santos
Orientador: Margarida de Souza Neves

Introdução

- **Bolsista:** Maria Aparecida dos Santos, graduanda em História pela PUC-Rio desde 2003.1, cursando agora (2006.1) o sétimo período.
- **Pesquisa:** Participação no Projeto de Pesquisa “Ciência e Preconceito. Uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro. 1859-1906” desde agosto de 2003. A partir de fevereiro de 2004 passei a bolsista de iniciação científica pelo Programa PIBIC.
- **Orientadora:** Professora Margarida de Souza Neves

I - Relatório Técnico:

Ao longo do período em que tenho participado da equipe de pesquisa vinculada ao Projeto intitulado “Ciência e Preconceito. Uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro. 1859-1906” tenho tido a oportunidade de estar em contato diretamente com o ofício do historiador /pesquisador o que, posso dizer, tem sido um divisor de águas na minha vida acadêmica, pois a fase de levantamento de documentação (durante os primeiros meses) e análise de material bibliográfico e documental bem como as discussões teóricas e metodológicas nos seminários de pesquisa desenvolvidos a cada reunião semanal têm proporcionado um amadurecimento que esta para além daquele que se adquire na sala de aula durante a graduação. Isso tudo diz respeito não somente à seriedade e cuidado com que o projeto vem sendo conduzido, mas também à cooperação mútua e troca contínua de idéias no interior da equipe e que somam cada vez mais à minha formação acadêmica.

O programa de iniciação científica é de fato um canal através do qual o aluno graduando que tem o privilégio de vivenciá-lo tem a oportunidade de adquirir grandes experiências para sua futura vida profissional.

Neste sentido, devo sublinhar que as reuniões semanais de pesquisa tem contribuído não somente no âmbito do desenvolvimento da pesquisa como também, em todos os aspectos, para o meu desenvolvimento intelectual e acadêmico na graduação em História.

Toda essa dinâmica que dá organicidade ao trabalho, decorre certamente do acompanhamento dedicado e comprometido de uma orientação que prima não somente pelos resultados de um trabalho sistemático e profissional, como o deve ser, mas também e principalmente pelo aprendizado proporcionado pelo contato real, de cada aluno envolvido no projeto, com as práticas de pesquisa que envolvem o ofício do historiador. É importante destacar que o sub-tema “Epilepsia e Propensão ao Crime”, que dará origem ao meu trabalho monográfico de final de curso, surgiu de dentro do Projeto original exatamente durante levantamentos documentais nos acervos da Biblioteca Nacional, o que vem a validar um dos objetivos acadêmicos deste Projeto, que é o de, a partir da proposta original, gerar trabalhos outros que contribuam para a História enquanto campo de saber específico.

O trabalho acima citado foi apresentado oralmente na XII Jornada PIBIC na PUC-Rio em Agosto de 2004; teve seu resumo publicado nos Anais das Jornadas PIBIC-PUC-

Rio/CNPq do mesmo ano. Também foi apresentado em forma de poster no IX Congresso de História da Medicina – organizado pela FIOCRUZ – realizado em novembro de 2004 na Academia Nacional de Medicina e teve seu resumo publicado no caderno de resumos desse evento. Como resultado de seu desdobramento, e de acordo com os resultados obtidos durante o ano de 2005, o trabalho passou a se chamar “Ciência e preconceito: Epilepsia, Propensão ao Crime e Medicina Legal” por expressar mais claramente a estreita relação encontrada entre ciência e preconceito no que diz respeito ao sub tema por mim desenvolvido. Assim, durante o ano de 2005 o trabalho foi exposto nos seguintes congressos e simpósios da área:

Comunicação Oral:

- Segundo Simpósio Internacional de História: “Cultura e Identidade” promovido pela ANPUH-GO/ Universidade federal de Goiás realizado em outubro de 2005 no campus da UFG em Goiás.
- 5ª Semana de História da UERJ – “Política, Educação e Cultura”, promovido pelo Instituto de Filosofia de Ciências Humanas – Departamento de História da UERJ realizado em setembro de 2005 no campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.



5ª Semana de história da UERJ – “Política, Educação e Cultura”
29 de setembro de 2005

Forma de Painel

- 5º Congresso Nacional de Iniciação Científica – CONIC-SEMESP e 3º Congresso Internacional de Iniciação Científica – COINT-SEMESP, promovido pelo SEMESP e UNIMONTE realizado no mês de novembro de 2005 no campus da Universidade Monte Serrat em Santos-SP
- 10º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia, promovido pela UFMG/ Sociedade Brasileira de História da Ciência/ CAPES/ CNPq e FAPEMIG. O evento foi realizado no mês outubro de 2005 na Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte-MG
- XIII Jornada PIBIC-PUC-Rio/CNPq promovido pela PUC-Rio e CNPq, realizado no campus da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em agosto de 2005



50. Congresso Nacional de Iniciação Científica – CONIC, 3º. COINT. Santos –SP Novembro de 2005.



O trabalho teve seu resumo publicado nos cadernos de resumos dos respectivos eventos acadêmicos listados acima. É importante destacar que a participação em eventos deste nível representa não somente a possibilidade de submeter o trabalho desenvolvido em equipe à considerações e críticas externas - ao passo que nessas oportunidades damos a conhecer a outros pesquisadores da área os resultados até então obtidos - mas também e principalmente, proporcionam ao bolsista de Iniciação Científica amadurecimento e experiência profissionais indispensáveis à formação do cientista de qualquer área do saber. Deste modo, gostaria de registrar que tem sido de fundamental importancia o apoio recebido do CNPq para o desenvolvimento do projeto original bem como dos sub-temas que partiram dele e que são desenvolvidos por cada um dos bolsistas de Iniciação Científica que fazem parte da equipe de pesquisa.

Todas as vantagens profissionais, tais como a participação no trabalho de pesquisa, os debates historiográficos, o aprofundamento teórico-metodológico, a pesquisa empírica, definição do tema para o meu trabalho final do curso de graduação, que tenho colhido durante este período de participação no Projeto muito se devem ao trabalho em equipe, que se constitui como peça de grande importância no desenvolvimento do projeto. Vale lembrar que o sub-tema “Ciência e preconceito: Epilepsia, Propensão ao Crime e Medicina Legal” que desenvolvo na equipe de pesquisa recebeu o prêmio Destaque da Iniciação Científica PUC-Rio como o melhor trabalho da Iniciação Científica do Centro de Ciências Sociais desenvolvido nesta Universidade durante o ano de 2005. Ainda na categoria Destaque da Iniciação Científica, no plano nacional o trabalho recebeu Menção Honrosa no Concurso Nacional de Iniciação Científica promovido pelo CNPq.



Prêmio “Destaque da Iniciação Científica” - PUC-Rio agosto de 2005.
Aluna recebe o prêmio das mãos do Reitor Padre Jesus Hortal.

A equipe que desenvolve o trabalho no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é formada pela Coordenadora do Projeto, Professora Margarida de Souza Neves, contando com a participação da professora Heloísa Serzedello Corrêa (mestre e professora do Departamento de História da PUC-Rio), e dos alunos de graduação Aderivaldo Ramos de Santana, Mariana Lapagesse de Moura, Leonardo Martins Barbosa, Samantha Valério de Souza, Débora Sol Freire, Rebecca Coscarelli e eu, Maria Aparecida dos Santos (todos graduandos em História pela PUC-Rio).

O Projeto que tem por título “Ciência e Preconceito. Uma História Social da epilepsia no Pensamento Médico brasileiro” tem como um de seus objetivos verificar de que maneira o preconceito estava presente no pensamento médico brasileiro com relação à epilepsia e aos enfermos desta doença, e de que maneira esse preconceito aparece nas formulações médicas do período que compreende a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX.

Do ponto de vista mais geral e no que diz respeito à equipe de pesquisa como um todo, os principais objetivos do Projeto são dois e estão assim formulados:

- 1. Numa perspectiva institucional**, o Projeto visa dar continuidade ao trabalho de pesquisa em equipe consolidando, no Departamento de História da PUC-Rio, uma equipe que integra as dimensões do ensino e da pesquisa, os níveis da graduação e da pós-graduação por meio da atuação de professores/pesquisadores,

pós-graduandos, bolsistas de apoio técnico e de iniciação científica tendo como marco referencial teórico-metodológico a história social da cultura, de modo a articular sua atividade à linha de pesquisa em História Social das Idéias, presente no Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura.

Ainda sob esse ponto de vista, o Projeto visa também aprofundar as relações institucionais já existentes com as equipes de pesquisa e pesquisadores dedicados a investigar a história da saúde e da doença no Brasil.

2. Do ponto de vista do objeto da pesquisa, o objetivo do trabalho é analisar as coordenadas mais gerais do pensamento médico brasileiro no período que vai de 1859 a 1906 no que diz respeito à epilepsia e seu tratamento, situando a produção dos médicos brasileiros sobre o tema no universo da ciência então praticada no Brasil e como expressão da experiência histórica da sociedade brasileira que confere sentido a esse tempo cronológico.

Esse objetivo temático mais geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

2.1. Identificar os conteúdos relacionados à epilepsia e ao tratamento dos portadores de epilepsia nas teses médicas produzidas sobre o tema e sobre temas correlatos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e na Faculdade de Medicina da Bahia bem como nos periódicos médicos e na imprensa médica de divulgação para o grande público, tendo como principais referências as influências da escola francesa e alemã, a etiologia da doença, a descrição da sintomatologia, a classificação da doença, os tratamentos prescritos e as formas de diagnóstico e prognóstico.

2.2. Associar esses conteúdos ao conhecimento médico da época e aos preconceitos, tabus e estigmas que cercam a epilepsia e os doentes de epilepsia bem como a transposição para o discurso médico da lógica excludente da sociedade brasileira e, em especial, a questão da escravidão.

2.3. Relacionar as concepções médicas sobre a epilepsia aos temas relativos ao controle dos corpos, da cidade, dos hábitos cotidianos, das emoções e da moral.

2.4. Verificar o papel das escolas Médicas e da imprensa médica como “cidadelas letradas”, na acepção proposta por Angel Rama, a partir das quais se consolida e se difunde um saber *científico* sobre a epilepsia e o controle social do portador de epilepsia.

Objetivos

O trabalho que desenvolvo na equipe de pesquisa, tem como horizonte o objetivo maior do Projeto que visa a identificar as possíveis relações entre o pensamento científico e o preconceito nas aproximações médicas ao tema da epilepsia, e pretende fazê-lo a partir de um sub-tema preciso, que, no plano mais geral, refere-se à análise das formulações de uma linhagem de médicos brasileiros que, na esteira do pensamento Lombrosiano e como uma das expressões da influência desse cientista italiano no universo científico brasileiro, associa de forma direta a epilepsia à propensão ao crime. Identificou-se como figura central desta linhagem de médicos lombrosianos no Brasil o médico, literato e criminalista Afrânio Peixoto, que constitui-se como figura central também deste estudo.

A opção pelo estudo do mais polifacético dos médicos de seu tempo se deve ao fato de que Peixoto teve livre trânsito entre os dois centros de difusão do saber médico de então – as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia -; à sua apropriação pela via de uma aparente negação dos pressupostos lombrosianos e, principalmente, porque em decorrência de sua interpretação peculiar das teorias do médico italiano, postula a necessidade da presença de um médico perito nos casos em que possam ir a julgamento doentes de epilepsia que tenham cometido algum delito.

No atual estágio da pesquisa, considerando a centralidade de Afrânio Peixoto em conjunto com a análise cuidadosa do corpus empírico da pesquisa – a saber teses de medicina e escritos médicos relacionados direta ou indiretamente ao tema da epilepsia produzidos no período estudado (1859-1941) - parece possível afirmar que a Medicina Legal enquanto especialidade médica, não representa uma interseção entre os campos do Direito e da Medicina, visto que este último se pretende superior ao primeiro, mas sim a personificação da ciência na figura do Médico Perito como o único capaz de corrigir as imprecisões jurídicas e curar a sociedade do seu grande mal, o doente com epilepsia que já tenha cedido ao seu impulso inato à criminalidade.

Deste modo, os objetivos do presente trabalho podem ser assim formulados:

1. Verificar como se deu a relação entre médicos e juristas na implantação deste novo nicho de atuação onde o saber médico se sobrepõe ao saber jurídico.
2. Identificar de que maneira e até que ponto a palavra do Médico Perito é informada pelo argumento lombrosiano da propensão ao crime no portador de epilepsia.
3. Verificar quais os desdobramentos da relação Médico Perito, paciente com epilepsia, Estado e sociedade com a entrada em cena de uma nova especialidade médica, a Medicina Legal, cujo especialista atua não apenas como médico mas também como “juiz” quando o réu é portador de epilepsia.

Do ponto de vista da interlocução teórica, essa vertente da pesquisa dialoga com Angel Rama ao privilegiar o conceito de *cidade letrada*, tal como proposto por este autor. Trata-se, por um lado, de operar com esse conceito para melhor compreender a linhagem médica analisada e a rede de relações construída por Afrânio Peixoto. Por outro lado, e ainda a partir das reflexões de Angel Rama, o trabalho busca considerar as Escolas Médicas bem como as especialidades médicas, ainda em construção no século XIX, como *cidadelas letradas* que circundam o poder do Estado, com ele interagem, e extrapolam os “*limites das definições profissionais que inscrevem sua presença nas instituições que regulam a vida em nossa sociedade*” (Mariza CORRÊA:2001) de forma a perceber como, na constituição do campo científico de médicos especialistas em questões relacionadas à criminologia, a associação direta entre a propensão ao crime e a epilepsia não somente expressa o preconceito em relação a essa enfermidade e aos seus enfermos, como também fornece um arsenal de justificativas supostamente científicas para o controle social dos doentes de epilepsia.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados para realizar esse trabalho foram os seguintes:

1. Uma vez identificada a centralidade de Afrânio Peixoto na linhagem de médicos lombrosianos no Brasil, um procedimento importante foi a análise de sua tese de doutoramento *Epilepsia e Crime* (Bahia: V. Oliveira & Comp, 1898).
2. Dado que o interesse de Peixoto pelo tema da epilepsia apresenta-se pela via da Medicina Legal, outro procedimento indispensável foi a análise do livro de Afrânio Peixoto *Criminologia* (Rio de Janeiro: Guanabara, 1933), de outros artigos médicos do período tais como o livro de Julio de Mattos *Os Alienados nos Tribunais*. Vol II. (Lisboa: livraria Tavares Cardoso e irmão, 1903) a fim de perceber em que medida o discurso dos médicos desta linhagem e, principalmente, o de A. Peixoto, foi responsável pela efetivação da Medicina Legal como um novo campo de saber específico dentro da área médica, considerado necessário para a sociedade de então.
3. Análise do livro *Epilepsia e Crime* publicado em 1941 pelo médico Hermielina Lopes Rodrigues Ferreira, prefaciado por A Peixoto. O livro é a narrativa do julgamento de um doente de epilepsia que cometeu um delito.
4. Análise – ainda inicial – do arquivo pessoal de Afrânio Peixoto que se encontra no acervo da Academia Brasileira de Letras. O arquivo é composto por correspondência ativa e passiva de Peixoto, obras por ele publicadas, homenagens recebidas e

hemeroteca – recortes de jornais e revistas com matérias sobre este médico a partir de 1919.

A base empírica fundamental para o trabalho são as teses acadêmicas e os escritos científicos dessa linhagem médica, ainda que, para essa vertente da pesquisa, o trabalho pretenda explorar a possibilidade de análise de processos criminais que permitam relacionar o pensamento médico que associa epilepsia e propensão ao crime com a vida e as relações sociais, de forma a aprofundar, do ponto de vista teórico, de que maneira as formulações da *cidade das letras*, afeta no caso específico do pensamento médico sobre a epilepsia, as experiências vividas cotidianamente por enfermos dessa doença pertencentes a diversos grupos sociais, bem como quais as dimensões alcançadas por tais formulações na sociedade como um todo.

As principais atividades executadas no período visando o alcance desses objetivos foram as seguintes:

1 - Levantamento e análise de material bibliográfico e documental pertinente aos interesses da Pesquisa. O levantamento realizado nos últimos meses, concentrou-se nos acervos da Biblioteca da Academia Nacional de Medicina; Biblioteca Nacional; Faculdade de Medicina da Bahia (neste acervo, o levantamento por mim realizado num primeiro momento foi feito via Internet, posteriormente através da bolsista de IC Débora Sol Freire e da Orientadora do projeto Professora Margarida de Souza Neves todo o material considerado pertinente aos interesses da pesquisa localizados neste acervo foram digitalizados); Biblioteca Lúcio de Mendonça e Arquivo da Academia Brasileira de Letras. O material levantado até o momento é constituído não somente por teses de medicina sobre a epilepsia e temas correlatos, apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia no período que delimita cronologicamente a pesquisa, mas também por artigos médicos publicados em periódicos especializados, guias, formulários, manuais e dicionários médicos produzidos no período estudado e arquivos pessoais de alguns dos médicos da linhagem analisada. É importante sublinhar que todo esse material, nos diversos estágios da pesquisa, foi digitalizado pela equipe e encontra-se na Biblioteca Digital do projeto. A Biblioteca Digital que armazena toda a parte documental digitalizada pela equipe foi criada pelos bolsistas de IC Leonardo Martins Barbosa e (eu) Maria Aparecida dos Santos e estará à disposição de outros pesquisadores tão logo o projeto original esteja concluído.

É o seguinte o resultado do levantamento por mim realizado nestes últimos onze meses:

Arquivo pessoal de Afrânio Peixoto localizado no acervo da Academia Brasileira de Letras. De grande importância para o presente estudo uma vez que esse médico que foi eleito para ingressar na Academia Brasileira de Letras em maio de 1910 tornando-se presidente da instituição em 1922, foi identificado como figura central da linhagem de médicos lombrosianos no Brasil. Seu arquivo pessoal do é composto por:

- **Bibliografia: no acervo da Biblioteca Lúcio de Mendonça da ABL**, composta pelas principais obras literárias, de medicina, medicina legal, discursos proferidos por Peixoto e prefácios por ele redigidos para a obra de outros intelectuais.

PEIXOTO, Afrânio. *Castro Alves o poeta e o poema*. França: Aillaud e Bertrand, 1922.

PEIXOTO, Afrânio, *A Ode aos baianos* de José Bonifácio. Salvador, BA: [s.n.], 1926.

PEIXOTO, Afrânio. *Humour: ensaio de breviário nacional do humorismo: volume XVIII*. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.

PEIXOTO, Afrânio. *Humour: ensaio de breviário nacional do humorismo*. Rio [de Janeiro]: Ed. Guanabara, [1932?].

PEIXOTO, Afrânio. *Humour: ensaio de breviário nacional do humorismo*. Rio [de Janeiro]: Ed. Guanabara, [1900?].

- PEIXOTO, Afrânio. *1640: drama em 4 atos: 1140-1640*. Porto [Portugal]: Lello & Irmão, 1940.
- PEIXOTO, Afrânio. *A camonologia: ou, Os estudos camonianos*. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, 1924.
- PEIXOTO, Afrânio. *A esfinge*. 4. ed. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, 1919.
- PEIXOTO, Afrânio. *A esfinge*. 5. ed. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, 1923.
- PEIXOTO, Afrânio. *A esfinge*. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *A esfinge*. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, 1911.
- PEIXOTO, Afrânio. *Amor sagrado e amor profano: contos e fantasias: volume VIII*. Rio de Janeiro (RJ): Félix Alcan, Éditeur, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Amor sagrado e amor profano: contos e fantasias*. São Paulo (SP): Ed. Nacional, 1942.
- PEIXOTO, Afrânio. *As razões do coração*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.
- PEIXOTO, Afrânio. *As razões do coração: volume V*. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Autos e loas: teatro e poesia : volume XVII*. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Autos*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1932.
- PEIXOTO, Afrânio. *Brasileirismos*. São Paulo (SP): Nova Era, 1900.
- PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. 2. ed. -. Rio de Janeiro (RJ): AGIR, 1946.
- PEIXOTO, Afrânio. *Bugrinha*. 2. ed. -. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, 1924.
- PEIXOTO, Afrânio. *Bugrinha*. Ilustrações de Heloisa Faria; Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil. Rio de Janeiro (RJ): Cem Bibliófilos do Brasil, 1948.
- PEIXOTO, Afrânio. *Bugrinha*. Rio de Janeiro: Castilho, 1922.
- PEIXOTO, Afrânio. *Bugrinha: romance*. Instituto Nacional do Livro (Brasil). 10. Ed. -. Brasília: INL, 1972.
- PEIXOTO, Afrânio. *Bugrinha: volume IV*. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Camões e o Brasil*. França: Aillaud e Bertrand, 1926.
- PEIXOTO, Afrânio. *Camões e o Brasil*. Lisboa: Liv. Aillaud e Bertrand, [1927?].
- PEIXOTO, Afrânio. *Camões e o Brasil*. Paris: Liv. Aillaud e Bertrand, [1924?].
- PEIXOTO, Afrânio. *Camões humorista*. Coimbra [Portugal]: Imprensa da Universidade, 1928.
- PEIXOTO, Afrânio. *Camões Médico ou medicina dos “Lusíadas” e do “Parnaso”*. França: Aillaud e Bertrand, [s.n.].
- PEIXOTO, Afrânio. *Camões: ensaios camonianos*. Instituto Nacional do Livro (Brasil). 5. ed. -. Brasília: INL, 1981. xxvi, 389, brasões, fac-símile ;, 21 cm. (Coleção Brasil/Portugal; v. 3). Bibliografia: p. [II].
- PEIXOTO, Afrânio. *Castro Alves: o poeta e o poema : volume XIII*. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Castro Alves: ensaio bio-bibliográfico*. Rio de Janeiro (RJ): Academia Brasileira de Letras, 1931.
- PEIXOTO, Afrânio. *Castro Alves: o poeta e o poema*. 2. ed. -. São Paulo (SP): Ed. Nacional, 1942.
- PEIXOTO, Afrânio. *Castro Alves: o poeta e o poema*. 5. ed. São Paulo (SP): Companhia Editora Nacional, 1976.
- PEIXOTO, Afrânio. *Chinita*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Inter-Americana, 1942.
- PEIXOTO, Afrânio. *Clima e doenças do Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): Imprensa Nacional, 1907.
- PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde: introdução bio-geográfica à civilização brasileira*. São Paulo (SP): Ed. Nacional, 1938.

- PEIXOTO, Afrânio. *Criminologia*. 3. ed. -. São Paulo (SP): Ed. Nacional, 1936.
- PEIXOTO, Afrânio. *Dicionário dos lusíadas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924.
- PEIXOTO, Afrânio. *Dinamene*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1925.
- PEIXOTO, Afrânio. *Dom Portugal: lição inaugural do Liceu de Latino Coelho, de Lamego*. Lamego, Portugal: Caixas Escolares do Liceu de Latino Coelho, 1937.
- PEIXOTO, Afrânio. *É: definições: meu dicionário*. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Elementos de medicina legal*. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, [s.n.].
- PEIXOTO, Afrânio. *Ensaio camonianos*. Coimbra [Portugal]: Imprensa da Universidade, 1932.
- PEIXOTO, Afrânio. *Ensaio camonianos: volume XIX*. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Ensinar e ensinar*. Ensaio de pedagogia aplicada a educação nacional. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.
- PEIXOTO, Afrânio. *Epilepsia e crime: proposições*. [Salvador]: V. Oliveira, 1897.
- PEIXOTO, Afrânio. *Euclides da Cunha: dom e arte do etilo* : conferência realizada em 15 de agosto de 1919
- PEIXOTO, Afrânio. *Eunice, ou, A educação da mulher*. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Fruta do mato: volume III*. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Fruta do mato*. 3. ed. -. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, 1922.
- PEIXOTO, Afrânio. *Fruta do mato*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.
- PEIXOTO, Afrânio. *Guerre aux hommes: dialogue en 1 acte*. Tradução de Alexandre R Conty. Rio de Janeiro (RJ): TAB, 1926.
- PEIXOTO, Afrânio. *Higiene*. 3. ed. -. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, 1922.
- PEIXOTO, Afrânio. *Higiene*. 4. ed. -. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, 1926.
- PEIXOTO, Afrânio. *História do Brasil*. 2. ed. -. São Paulo (SP): Nacional, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *História do Brasil*. Porto [Portugal]: Livraria Lello & Irmão, 1940.
- PEIXOTO, Afrânio. *Indes: (indicações literárias): volume XXIV*. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *José Bonifácio: o velho e o moço*. França: Aillaud e Bertrand, 1920.
- PEIXOTO, Afrânio. *La Esfinge*. Buenos Aires, Argentina: Imp. de La Nación, 1912.
- PEIXOTO, Afrânio. *Leituras camonianas*. Rio de Janeiro (RJ): Imprensa Nacional, 1926.
- PEIXOTO, Afrânio. *Lufada Sinistra*. [sl: s.n.], 1900.
- PEIXOTO, Afrânio. *Maias e estêvas: pequenos ensaios portugueses* : volume XXII. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Manual de thanatoscopia judiciária: estudo médico-legal da morte, de acordo com a legislação brasileira vigente, destinado ao uso de magistrados, peritos e médicos peritos*. Salvador, BA: Bahia, 1901.
- PEIXOTO, Afrânio. *Maria Bonita*. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, 1914.
- PEIXOTO, Afrânio. *Maria Bonita*. Rio de Janeiro; Petrópolis: Nova Aguilar, 1914.
- PEIXOTO, Afrânio. *Maria Bonita: raio não cai em pau deitado* - : volume II. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Marta e Maria: documentos de ação pública: post-scriptum*. Rio [de Janeiro]: [s.n.], 1930.
- PEIXOTO, Afrânio. *Martim Soares Moreno: fundador do Seará, iniciador do Maranhão e do Pará, herói da restauração do Brasil, contra franceses e holandeses*. Portugal. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colônias, 1940.
- PEIXOTO, Afrânio. *Minha terra e minha gente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915.

- PEIXOTO, Afrânio. *Parábolas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.
- PEIXOTO, Afrânio. *Trovas brasileiras*. Sl: se, 1919.
- PEIXOTO, Afrânio. *Poeira da estrada: ensaios de crítica e de História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1918.
- PEIXOTO, Afrânio. *Medicina d'os Lusíadas*. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, 1924.
- PEIXOTO, Afrânio. *Mestra*. Coimbra [Portugal]: Imprensa da Universidade, 1930.
- PEIXOTO, Afrânio. *Miscelânea de estudos em honra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos*. Coimbra [Portugal]: Imprensa da Universidade, 1930.
- PEIXOTO, Afrânio. *Miçangas: poesia e folclore*. São Paulo (SP): Nacional, 1931.
- PEIXOTO, Afrânio. *Noções de história da educação*. São Paulo (SP): Ed. Nacional, 1933.
- PEIXOTO, Afrânio. *Noções de história de literatura geral*. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, 1932.
- PEIXOTO, Afrânio. *Novos rumos da medicina legal*. Rio [de Janeiro]: Typ. Anuário do Brasil, 1932.
- PEIXOTO, Afrânio. *O ensino secundário e a educação nacional*. Rio de Janeiro (RJ): A Noite, 1923.
- PEIXOTO, Afrânio. *O príncipe perfeito*. Portugal: Lello & Irmão, 1942.
- PEIXOTO, Afrânio. *O problema sanitário da Amazônia*. [S.l.: s.n., 191-?].
- PEIXOTO, Afrânio. *Páginas escolhidas*. Paris: Aillaud & Bertrand, 1926.
- PEIXOTO, Afrânio. *Panorama da literatura brasileira*. São Paulo (SP): Ed. Nacional, 1940.
- PEIXOTO, Afrânio. *Parábolas: volume XII*. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Paranóia: vaidade, presunção, complexo de inferioridade, delírios de grandeza e perseguição individuais e coletivos*. São Paulo (SP): Nacional, 1942.
- PEIXOTO, Afrânio. *Pepitas: novos ensaios de crítica e de história: volume XXIII*. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Poeira da estrada: ensaios de crítica e de história*. 2. ed. -. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, 1921.
- PEIXOTO, Afrânio. *Psicopatologia forense*. 2. ed. -. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, 1923.
- PEIXOTO, Afrânio. *Ramo de louro: novos ensaios de crítica e de história: volume XIV*. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Ramo de louro: novos ensaios de crítica e de história*. São Paulo (SP): Ed. Nacional, 1942.
- PEIXOTO, Afrânio. *Ramo de louro: novos ensaios de crítica e de história*. São Paulo (SP): Nacional, 1928.
- PEIXOTO, Afrânio. *Romances completos: volume único*. Rio de Janeiro (RJ): J. Aguilar, 1962.
- PEIXOTO, Afrânio. *Rosa Mística: sonetos*. Alemanha: F. A. Brodhous, 1900. (Drama)
- PEIXOTO, Afrânio. *Segredo conjugal*. Brasil: se, Calvino Filho, 1932.
- PEIXOTO, Afrânio. *Sinhazinha*. 2. ed. -. São Paulo: Ed. Nacional, 1942.
- PEIXOTO, Afrânio. *Sinhazinha: romance / Afrânio Peixoto*. -. 1. ed. -. São Paulo: Ed. Nacional, 1929.
- PEIXOTO, Afrânio. *Sortilèges*. Paris: Librairie Plon, 1929.
- PEIXOTO, Afrânio. *Trovas brasileiras: populares: popularizadas*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Trovas populares brasileiras*. Rio de Janeiro (RJ): F. Alves, 1919.

- PEIXOTO, Afrânio. *Trovas populares*: documento de literatura experimental ; as duas leis da criação coletiva: adaptação, adaptação. Portugal: Imprensa da Universidade, 1931.
- PEIXOTO, Afrânio. *Uma mulher como as outras*. São Paulo (SP): Companhia Editora Nacional, 1928.
- PEIXOTO, Afrânio. *Viagem sentimental*. Rio [de Janeiro]: Editora Americana, 1931.
- PEIXOTO, Afrânio. *Viagem sentimental*: "kodaks" e postais: volume XVI. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. *Viagens na minha terra*: I, Portugal. Porto [Portugal]: Aillaud & Lellos, 1938.
- PEIXOTO, Afrânio; Afonso Celso de Assis Figueiredo Afonso Celso et al; Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro (RJ): Calvino Filho, 1932.
- PEIXOTO, Afrânio; DANTAS, Júlio (Co-a.); ALBUQUERQUE, Medeiros e, (Co-a.). *A obra de Julio Dantas*: sessão de recepção do grande escritor na Academia B. de Letras. Rio de Janeiro (RJ): Leite Ribeiro, 1923.
- PEIXOTO, Afrânio; PÉRIGNY, Maurice.
- **Obras prefaciadas por Afrânio Peixoto :**
- ALVES, Castro, *Hymnos do Equador*. Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 1934. (Obras completas de Castro Alves).
- ALVES, Castro. *Castro Alves: antologia brasileira*. Organização de Constâncio Alves; Prefácio de Afrânio Peixoto. Paris: Aillaud et Bertrand, 1921.
- ALVES, Castro. *Espumas flutuantes: poesias*. Prefácio de Afrânio Peixoto. Nova ed. segundo o original de 1870 /. Buenos Aires, Argentina: Liv. H. Antunes, 1943.
- AMARAL, Afrânio de. *Biologia e lingüística*. Prefácio de Afrânio Peixoto. São Paulo (SP): [s.n.], 1945.
- AMARAL, Afrânio de. *Biologia e lingüística*. Prefácio de Afrânio Peixoto. São Paulo (SP): [s.n.], 1945.
- CAMÕES, Luís de. *Dinamene*. Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro (RJ): Benjamin Costallat & Miccolis, 1925.
- CASTRO, Aloísio de. *Discurso de recepção de Aloysio de Castro*: resposta de Afrânio Peixoto. -. Prefácio de Afrânio Peixoto. [S.l.: s.n.], 1919.
- COELHO NETO; ALBUQUERQUE, Medeiros e CORREIA, Viriato, *O mistério*. Prefácio de Afrânio Peixoto. São Paulo (SP): Monteiro Lobato, 1920.
- COELHO NETO; ALBUQUERQUE, Medeiros e CORREIA, Viriato. *O mistério*. Prefácio de Afrânio Peixoto. 2. ed. -. São Paulo (SP): Monteiro Lobato, 1922.
- COELHO NETO; ALBUQUERQUE, Medeiros e CORREIA, Viriato. *O mistério*. Prefácio de Afrânio Peixoto. 3. ed. -. São Paulo (SP): Monteiro Lobato, 1928.
- COELHO, José Maria Latino. *Elogio histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva: carta autobiográfica de Latino Coelho*. Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro (RJ): Livros de Portugal, [1900?]. (Coleção: Clássicos e Contemporâneos).
- COELHO, José Maria Latino. *Elogio histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva: carta autobiográfica de Latino Coelho*. Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro (RJ): Livros de Portugal, 1942. (Coleção: Clássicos e contemporâneos).
- CORREIA, Mendes A. A., PEIXOTO, Afrânio. *Discursos e conferências* Rio de Janeiro (RJ): [s.n.], 1949.
- CRESPO, Gonçalves. *Obras completas de Gonçalves Crespo*. Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro (RJ): Livros de Portugal, 1942.
- FIGUEIRA, Fernandes. *Livro das mães*: consultas práticas de higiene infantil. Prefácio de Afrânio Peixoto. 2. ed., melh. /. Rio de Janeiro (RJ): Leite Ribeiro & Maurillo, 1920.

- GALVÃO, Ramiz; PEIXOTO, Afrânio. *Sessão extraordinária da Congregação em 5 de GAMA*, José Basílio da; GARCIA, Rodolfo; BRAGA, Osvaldo Melo. *O Uruguai*. GARCEZ NETO, Martinho. *Promovendo a justiça*. Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro (RJ): [s.n.], 1940.
- LINS, Ivan. *A Idade Média: a cavalaria e as cruzadas*. Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro (RJ): Co-editora Brasília Cooperativa, 1939. (Cultura positiva).
- MARANHÃO, Petrarca. *O turbilhão*: (ensaios). Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro (RJ): [s.n.], 1936.
- MELO, Francisco Manuel de; GARCIA, Rodolfo; CALMON, Pedro. *Tácito Português: MENDES A. A. Correia; PEIXOTO, Afrânio. Discursos e conferências* Rio de Janeiro (RJ): [s.n.], 1949.
- PEIXOTO, Afrânio. *Da lepra, o essencial*. Prefácio de Afrânio Peixoto. 1. ed. -. Rio de Janeiro (RJ): [s.n.], 1942.
- PEIXOTO, Afrânio. *A Academia Brasileira de Letras : notas e documentos para a sua história (1896-1940)*. Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro (RJ): Academia Brasileira de Letras, 1940. (Afrânio Peixoto. II - História).
- PÓVOA, Hélio. *Fronteiras da medicina*. Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro (RJ): Jornal do Comércio, 1939. Prefácio de Afrânio Peixoto. Ed. comemorativa do segundo centenário /. Rio de Janeiro (RJ): Academia Brasileira de Letras, 1941.
- PEIXOTO, Afrânio. *Prosopopéia*. Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro (RJ): Academia Brasileira de Letras, 1923. (Afrânio Peixoto; v. 1. I - Literatura).
- SALES, Fernando. *Tristão & Iseu*. Prefácio de Afrânio Peixoto. 2. ed. -. Rio [de Janeiro]: Guanabara, 1934.
- SALES Fernando. *Tristão & Iseu* Prefácio de Afrânio Peixoto. 5. ed. -. Brasília: INL, 1976.
- SALES Fernando. *Tristão & Iseu*: volume IX. Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro (RJ): W. M. Jackson, 1944.
- SOUZA, Bernardino José de. *Onomástica geral da geografia brasileira*. Prefácio de Afrânio Peixoto. (3. ed. da "Nomenclatura geográfica peculiar do Brasil"). Bahia (Brasil): Secção gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, 1927.
- PEIXOTO, Afrânio. *Vida, e morte, ditos e feitos de el-rei dom João IV*, segundo apógrafo inédito da Biblioteca Nacional. Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro (RJ): Academia Brasileira de Letras, 1940. Fac-símile. (Afrânio Peixoto. II - História).

- **Correspondência**

- ✓ **Ativa:** Composta por cinco volumes de pastas com cartas, telegramas, postais e ofícios redigidos e enviados por Afrânio Peixoto reunidos após seu falecimento.
- ✓ **Passiva:** conjunto de Cinco volumes de pastas contendo cartas, postais, telegramas, solicitações e ofícios recebidos por Afrânio Peixoto.

- **Homenagens**

Conjunto de documentos referentes a homenagens recebidas por Afrânio Peixoto durante sua vida, seja como médico ou acadêmico, reunidas pela ABL.

- **Hemeroteca**

Arquivo de recortes de jornais e revistas onde contam todas as notícias publicadas sobre Afrânio Peixoto a partir de 1919. Também recolhidas e reunidas cuidadosamente pelo arquivo da Academia Brasileira de Letras.

É importante frisar que parte considerável destes arquivos ainda está em fase de análise visto que tal acervo foi recentemente localizado.

Ficou sob minha responsabilidade a organização e atualização da ferramenta Biografias. Como já dito no relatório anterior, trata-se de um arquivo onde constam dados biográficos de médicos que escreveram sobre o tema da epilepsia no período estudado ou sobre temas correlatos a esta doença.

Aloysio de CASTRO	Professor ordinário de patologia médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Publicou em 1914 Um <i>Tratado de semiótica nervosa: semiótica das formas exteriores e das desordens motoras</i> . Há nessa obra, importantes considerações sobre convulsões decorrentes de crises epiléticas, convulsões simuladas e algumas ilustrações de pacientes em crise.
Antônio D'Albuquerque L. ANDRADE,	Natural do Estado de Pernambuco. Ex-membro da comissão sanitária de São Francisco. Apresentou a tese <i>Ligeiras reflexões sobre os principais métodos de tratamento da epilepsia</i> à Faculdade de Medicina da Bahia em 1906 a fim de obter grau de Doutor em Medicina..
Antônio Fernandes NOGUEIRA	Bacharel em letras pelo Colégio D. Pedro II. Apresentou sua tese de doutoramento em medicina sob o título <i>Condições patogênicas e modalidades clínicas da histeria</i> à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 30 de agosto de 1886.
Antonio José da COSTA	Apresentou a tese <i>Epilepsia</i> à Faculdade de Medicina da Bahia em 1881 para a obtenção do grau de Doutor em Medicina.
Antônio Romualdo MANSO	Natural de Minas Gerais, Filho legítimo do Tenente-Coronel Jose Maria Manso da Costa Reis e de D. Francisca de Assis Monteiro Galvão de S. Martinho. Apresentou a tese <i>Do diagnóstico e tratamento das diversas manifestações do histerismo e da epilepsia Proposições sobre todas as ciências médicas da dita Faculdade</i> à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em dezembro de 1874. Sua tese foi aprovada com distinção.
Aurélio Domingues de SOUZA	Apresentou a tese <i>Profilaxia das Moléstias Mentais e Assistência aos alienados no Brasil</i> à Faculdade de Medicina da Bahia em 1907 .
Azevedo SODRÉ	Publicou artigo na <i>Gazeta Médica da Bahia</i> sobre <i>A pilocarpina no tratamento da epilepsia</i> em 1890.
Candido Emilio AVELLAR JUNIOR	Natural do Rio de Janeiro. Filho de Candido Emilio de Avellar e de D. Maria da Piedade Avellar, apresenta, em 26/11, sua tese: <i>Epilepsia e seu tratamento</i> . Na presença do Imperador. Para a obtenção do grau de Dr. em medicina. Da banca da tese fez parte Pinheiro Guimarães.
Carlos Fernandes EIRAS	Natural do Rio de Janeiro. Filho legítimo do Dr. Manoel Joaquim Fernandes Eiras e D. Francisca Fragoso Fernandes Eiras. Apresentou a tese <i>Hidroterapia nas moléstias mentais</i> à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1877. Segundo consta em sua, foi aprovado com distinção.
Cesare LOMBROSO	Professor universitário e criminologista italiano, nascido a 6 de novembro de 1835, em Verona. Estudou na Universidade de Pádua, Viena e Paris, posteriormente (1862-1876) professor de psiquiatria na Universidade de Pavia de medicina forense e higiene (1876), psiquiatria (1896) e antropologia criminal (1906) na Universidade de Turim. Foi também diretor de um asilo mental em Pesaro, Itália. A principal idéia de Lombroso foi

	<p>parcialmente inspirada pelos estudos genéticos e evolutivos no final do século IX, e propõe que certos criminosos têm evidências físicas de um "atavismo" (reaparição de características que foram apresentadas somente em ascendentes distantes) de tipo hereditário, remanescente de estágios mais primitivos da evolução humana. Estas anomalias, denominadas de estigmas por Lombroso, poderiam ser expressas em termos de formas anormais ou dimensões do crânio e mandíbula, assimetrias na face, etc, mas também de outras partes do corpo. Posteriormente, estas associações foram consideradas altamente inconsistentes ou completamente inexistentes, e as teorias baseadas na causa ambiental da criminalidade se tornaram dominantes. Lombroso foi muito influente na Europa (e também no Brasil) entre criminologistas e juristas. Entre seus livros estão: <i>L'Uomo Delinquente</i> (1876; "O Homem Criminoso" - onde dedica um capítulo à discussão sobre criminalidade inata no epilético) e <i>Le Crime, Causes et Remèdes</i> (1899; O Crime, Suas Causas e Soluções). Lombroso morreu em 19 de outubro de 1909, em Turim, Itália.</p>
Deolindo Octaviano da F. GALVÃO.	<p>Aprovado nos concursos de Adjunto de Clínica Médica em 1889 e de Lente substituto da 9ª seção em 1895. Dr. Galvão foi Assistente de clínica propedêutica e sócio fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia. Apresentou, em 16 de abril de 1896, a tese <i>Responsabilidade criminal nos epiléticos impulsivos</i> à Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia para concurso ao lugar de Lente substituto da 12ª seção. Também são concorrentes ao posto os Drs. Juliano Moreira e Josino Cotias.</p>
Eduardo Christiano Cupertino DURÃO	<p>Natural do Rio de Janeiro. Apresentou a tese <i>Epilepsia</i> à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 31 de Agosto de 1887 para a obtenção do grau de Doutor em Medicina.</p>
Eduardo Olympio TEIXEIRA	<p>Natural do Rio de Janeiro. Apresentou a tese <i>Epilepsia</i>, para obter o grau de Doutor em Medicina, à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1873.</p>
Ernesto de Azevedo ALVES	<p>Apresentou a tese <i>Hemorragia cerebral</i> à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 17 de setembro de 1889 a fim de obter o grau de Doutor em Medicina.</p>
Estevão Ribeiro REZENDE	<p>Natural da cidade de campanha - província de Minas, filho legítimo de Francisco Marcos Ribeiro de Rezende e de D. Francisca Guilhermina de Midões Rezende. Doutor em medicina, foi presidente da Sociedade beneficência da Academia. Sua tese <i>Epilepsia</i> foi apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 18 de setembro de 1872, e sustentada perante ela em 19 de setembro do mesmo ano.</p>
Francisco PINHEIRO GUIMARÃES	<p>(1809 – 1877) Segundo cirurgião da Armada Nacional. Autor de uma tese intitulada "Algumas palavras sobre a epilepsia" apresentada ao concurso de opositor da Seção de Ciências Médicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1859). Foi um dos redatores, juntamente com Matheus de Andrade, Sousa Costa e Torres Homem, do periódico "Gazeta Médica do Rio de</p>

	Janeiro, que publicou apenas um número em 01/01/1864. Também poeta, jornalista e dramaturgo. Autor de <i>A moça rica</i> , <i>Punição</i> e <i>O Comendador</i> .
Hilário GOUVÊA	Natural de Minas Gerais, filho legítimo de Lucas soares de Gouvêa e de Dona Ignácia Carolina de Gouvêa Horta. Doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi membro titular do Instituto Farmacêutico, membro honorário do Ateneo Médico e ex-interno de Clínica cirúrgica e Medicina da Côrte. Sua tese data de 1866 e se chama <i>Do Glaucoma</i> . Há indícios de que Dr. Hilário de Gouvêa tenha sido médico do ilustre literato Machado de Assis.
João FAGUNDES	Natural do Estado do Rio Grande do Sul, filho legítimo de Marcolino Fagundes e de D. Ignez Fagundes. Apresentou sua tese de doutoramento <i>Contribuição ao estudo da Klinotherapie nos alienados</i> , em 31 de outubro de 1903, à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
João Fontes TILLEMONT	Apresentou juntamente com os Drs Juliano Moreira e Aurélio Vianna Rodrigues um Relatório sobre assistência aos alienados na Bahia - publicado na Gazeta Médica da Bahia vol XXVII, 1895/1896 .
José MALHADO FILHO	Foi presidente da Sociedade de Farmácia e Química, e professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia da universidade de São Paulo – SP. Em 16 de agosto de 1948 proferiu palestra na Sociedade de Farmácia e Química de São Paulo, que mais tarde (1950) foi publicada sob o título <i>Remédios que foram famosos: epilepsia</i> .
José Oliveira PEREIRA DE ALBUQUERQUE	1904 - ? . Higienista polêmico, considerava que o grande problema nacional era a “higiene sexual”
José RIBEIRO DO COUTO JÚNIOR	Defendeu a tese <i>Estudo Médico-Legal da Epilepsia</i> em 1892 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Filho legítimo de José Ribeiro do Couto e D ^a Carlota Amélia do Couto.
Juliano MOREIRA	1873-1933, nascido na Bahia, é também designado fundador da disciplina psiquiátrica no Brasil era mulato, de família pobre, precocemente ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, graduando-se aos 18 anos (1891). Já em 1896, era professor substituto da seção de doenças nervosas e mentais da mesma escola. De 1895 a 1902, freqüentou cursos sobre doenças mentais e visitou muitos asilos na Europa Dirigiu o Hospício Nacional de Alienados de 1903 a 1930 e, embora não fosse professor da Faculdade de Medicina do Rio, colaborou na formação de muitos de seus alunos Ao seu redor reuniram-se médicos que viriam a ser organizadores de diversas especialidades: neuropsiquiatria, medicina legal, pediatria e clínica médica, tais como Afrânio Peixoto, Antonio Austregésilo, Francisco Franco da Rocha, Henrique Roxo, Fernandes Figueira e Miguel Pereira, entre outros. Sua correspondência com Emil Kraepelin mostra ainda outra faceta sua, o interesse pela psiquiatria comparada. Também opinou sobre a questão da <i>degeneração</i> do povo brasileiro: porém, ele recusou-se a atribuir à mestiçagem a sua causa,

	<p>especialmente no que se referia a uma suposta contribuição negativa dos negros na miscigenação. A posição de J. Moreira era minoritária entre os médicos, nas primeiras décadas do século XX, quando polemizou sobre o assunto com Nina Rodrigues (MOREIRA, 1908, 1922). Outra posição sua, divergente da de muitos alienistas, era a negação de que existissem doenças mentais próprias dos climas tropicais (MOREIRA & PEIXOTO, 1906). . Publicou em 1905 um artigo intitulado Assistência aos Epilépticos - Colônia para Eles no periódico "Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins", ano I, nº 2. no Rio de Janeiro. Onde reivindica aos poderes públicos a criação de colônias para epiléticos.</p>
Júlio Afrânio PEIXOTO	<p>1876 – 1947. Médico legista, e intelectual atuante em diversas áreas. Nasceu em Lençóis, nas Lavras Diamantinas, BA, em 14 de dezembro de 1876. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, sua tese inaugural, Epilepsia e crime (1898) despertou grande interesse nos meios científicos do país e do exterior. Foi político, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário Em 1902, a chamado de Juliano Moreira, mudou-se para o Rio, onde foi inspetor de Saúde Pública (1902) e Diretor do Hospital Nacional de Alienados (1904). Após concurso, foi nomeado professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1907) e assumiu os cargos de professor extraordinário da Faculdade de Medicina (1911); diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro (1915); diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1916); deputado federal pela Bahia (1924-1930); professor de História da Educação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932). No magistério, chegou a reitor da Universidade do Distrito Federal, em 1935. Foi membro de uma Comissão Especial responsável pela renovação dos métodos de identificação criminal nomeada por Getúlio Vargas. Quando da morte de Euclides da Cunha, (1909), foi Afrânio Peixoto quem examinou o corpo do escritor assassinado e assinou o laudo respectivo. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia das Ciências de Lisboa; da Academia Nacional de Medicina Legal, do Instituto de Medicina de Madri e de outras instituições. Eleito em 7 de maio de 1910 para a Cadeira n. 7, na sucessão de Euclides da Cunha, foi recebido em 14 de agosto de 1911, pelo acadêmico Araripe Júnior. Faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de janeiro de 1947.</p>
Júlio de MATTOS	<p>Publicou em 1903 o livro <i>Os Alienados nos tribunais</i> onde usando o princípio da inimizabilidade do crime em indivíduos com epilepsia, atesta a inocência de um homem que havia cometido um delito (furto) e que estava sob sua observação.</p>
Leonídio RIBEIRO	<p>1893-1976 Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1916. Discípulo e seguidor de Afrânio Coutinho. Foi médico legista da Polícia Civil do Distrito Federal em 1917,</p>

	<p>membro da Missão Médica que o Brasil enviou à Europa na 1ª Grande Guerra, membro do corpo docente da Faculdade Fluminense de Medicina em 1920, ocupando a cátedra de medicina legal (tese sobre a perícia da dor, publicada com prefácio de Afrânio Coutinho), introdutor da anestesia pelo protóxido de azoto no Brasil. Depois da revolução de 30, aceita o convite do chefe de polícia do RJ, Batista Luzardo e passa a dirigir o serviço de identificação da Polícia até 1946. Ganha o prêmio Lombroso de 1933, da Real Academia de Medicina da Itália, com estudos sobre impressões digitais, causas endócrinas do homossexualismo masculino e biotipologia dos negros criminosos. Em 1933 torna-se professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito do RJ, com a tese “O direito de curar”. Chefiou a Delegação do Brasil ao 10º Congresso Latino-Americano (Buenos Aires, 1938). Publica, na Itália, em 1939 <i>Omossexualitá e endocrinologia</i> (Roma: Livraria Cittá Del Castello, 1939 e Milão: Fratelli Bocca, 1940). É autor de uma biografia de seu mestre, Afrânio Peixoto (1950). Construtor, diretor e idealizador do Hospital Sul América, da Instituição Larragoiti.</p>
Luiz José de ALVARENGA	<p>Natural de Minas Gerais. Filho do Dr. Francisco de Paula e de D. Ignácia Francisca de Alvarenga. Faz questão de explicitar na folha de rosto de sua tese o fato de ser sobrinho do Ex.mo. Conselheiro de Estado e Senador do Império Marquez de Sapucaí e primo do cirurgião-mor Francisco Baptista de Alvarenga. Apresentou a tese <i>Epilepsia</i> à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1874.</p>
Manuel de Marsillac MOTTA	<p>Natural do Sergipe e filho legítimo do farmacêutico Pedro Amâncio de Almeida Motta e de D. Maria Emília de Marsillac Motta. Apresentou a tese <i>Das descargas motoras na epilepsia essencial; suas vantagens e danos</i> à Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro em 30 de setembro de 1900. Com ela obteve o grau de Doutor em ciências médicas e cirúrgicas</p>
Miguel COUTO DOS SANTOS JÚNIOR	<p>Natural do Rio de Janeiro. Filho legítimo do Comendador Miguel Couto dos Santos e da D. Maria Christina de Alcantra Santos. Defendeu a tese intitulada <i>Hysteria</i>, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 14 de dezembro de 1878.</p>
Miguel de Oliveira COUTO	<p>1865 – 1934. Ingressa aos 14 anos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde foi discípulo de Torres Homem e Francisco de Castro, 2 grandes clínicos. Defende a criação de instituições de pesquisa experimental em medicina. Foi presidente da Academia Nacional de Medicina.</p>
Nicolao Joaquim MARIA	<p>Doutor em medicina, foi membro titular da Academia Imperial de Medicina, sócio da Imperial Academia Amante da Instrução e membro do Conservatório Dramático. Publicou em 1862 um <i>Dicionário de plantas medicinais brasileiras</i>. No dicionário é possível encontrar os nomes das plantas catalogadas, seu gênero, espécie, família, o nome do botânico que as classificou; o lugar onde é mais comum encontrá-las, as virtudes que lhes são atribuídas, as doses e as formas de sua aplicação. Há nesse</p>

	dicionário indicações sobre o uso do Curari.
Parmenio José RAMOS	Natural da Bahia. Filho legítimo de Firmino José Ramos. Apresentou, em 1899, sua tese <i>Ligeiras Reflexões sobre o Tratamento Cirúrgico da Epilepsia</i> à Faculdade de Medicina da Bahia.
Pedro Ernesto BATISTA	Nasceu em Recife, em 1884. Iniciou seus estudos universitários na Bahia. Em 1908 apresentou tese a fim de obter grau de doutor em medicina sob o título <i>Balneoterapia nas moléstias mentais</i> à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, instituição onde concluiu o curso de medicina. Depois de formado firmou residência no Rio de Janeiro ali alcançando grande destaque como cirurgião. Em 1922, participou das conspirações empreendidas contra o governo federal, fato que tornou a se repetir em 1924, ocasião em que chegou a ficar preso por alguns dias.. Nos anos seguintes, enquanto a Coluna Prestes percorria o interior do Brasil em campanha contra o governo de Artur Bernardes, Pedro Ernesto fazia da casa de saúde de sua propriedade no Rio de Janeiro refúgio e ponto de encontro dos revolucionários. Em 1930, participou da campanha de Getúlio Vargas à presidência da República. Em seguida, com a derrota eleitoral de Vargas, teve participação ativa na preparação do movimento político-militar que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes. Após a posse do novo governo, foi nomeado diretor da Assistência Hospitalar do Distrito Federal e tornou-se o médico particular de Vargas e de sua família.. No início de 1931, foi um dos incentivadores da fundação do Clube 3 de Outubro, organização que objetivava conferir maior coesão à atuação dos revolucionários históricos. Ocupou a princípio a vice-presidência e, a partir de junho, a presidência do Clube. Foi interventor, nomeado por Vargas em setembro de 1931, no Distrito Federal. Em novembro do mesmo ano presidiu o I Congresso Revolucionário, que reuniu no Rio de Janeiro delegados do Clube 3 de Outubro e de outras organizações alinhadas com o novo regime. Nesse congresso foi deliberada a criação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que jamais conseguiu se consolidar de maneira efetiva. No início de 1933, Pedro Ernesto participou da fundação do Partido Autonomista do Distrito Federal, cujo principal ponto programático era a luta pela autonomia política da cidade do Rio de Janeiro, a capital da República. Sob sua liderança, o Partido Autonomista venceu as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, onde suas teses foram aprovadas. No ano seguinte, o partido obteria também uma ampla vitória nas eleições para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, elegendo a maior bancada daquela Casa. Os vereadores autonomistas elegeram, então, Pedro Ernesto prefeito do Rio de Janeiro, tornando-se o primeiro governante eleito da história da cidade, ainda que de forma indireta. Como interventor federal e, posteriormente como prefeito, marcou seu governo por uma atenção especial às áreas de saúde e educação, essa última dirigida pelo educador Anísio

	<p>Teixeira. Em 1935, aproximou-se da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização de caráter antifascista e anti-imperialista, que reunia comunistas, socialistas e "tenentes" de esquerda. Em julho daquele ano, protestou com veemência contra o fechamento da Aliança, decretada pelo governo e denunciou a articulação de um golpe pelas forças conservadoras. Em abril de 1936, foi preso e afastado da prefeitura carioca. Permaneceu no cárcere por mais de um ano, e ao ser solto, em setembro de 1937, foi saudado por calorosas manifestações populares. Pronunciou, nessa ocasião, violento discurso contra o governo federal e declarou apoio à candidatura do governador paulista Armando de Sales Oliveira à presidência da República. As eleições presidenciais, marcadas para janeiro do ano seguinte, acabaram, porém, não se realizando em virtude do Golpe de Estado decretado por Vargas em novembro de 1937, instaurando a ditadura do Estado Novo. Antes disso porém, em outubro, Pedro Ernesto foi novamente preso e somente libertado três meses depois afastou-se então das atividades políticas. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1942. Fonte: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_pedr_oernesto.htm</p>
<p>Pedro Sanches de LEMOS</p>	<p>Natural de São Gonçalo da Campanha (província de Minas Gerais), filho legítimo de Francisco Antonio Guimarães de Lemos e de D. Rita Sanches de Lemos. Doutor em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Ex Interno do Hospital do Senhor Bom Jesus do Calvário. Sua tese de doutoramento intitulada <i>Epilepsia</i> apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 17 de Dezembro de 1872, foi aprovada com distinção. Na ocasião da sustentação de sua tese, contou com a ilustre presença do Imperador.</p>
<p>Pedro Quintiliano Barbosa da SILVA</p>	<p>Natural de Minas Gerais, Doutor em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Apresentou sua tese de doutoramento intitulada <i>Epilepsia</i> à mesma Faculdade em 31 de agosto de 1877.</p>
<p>Raimundo Nina RODRIGUES</p>	<p>Nasceu no Estado do Maranhão, na cidade de Vargem Grande, a 4 de Dezembro de 1862, filho do Coronel Francisco Solano Rodrigues. Para ele, a inferioridade racial dos negros e indígenas, com relação ao branco, era indiscutível; assim sendo, a miscigenação entre raças em diferentes patamares evolutivos resultaria, fatalmente, em indivíduos desequilibrados, degenerados, híbridos do ponto de vista físico, intelectual e nas suas manifestações comportamentais. A seu ver, um leve verniz de civilização poderia recobrir as populações mestiças, como os sertanejos, mas certas condições sociais fariam eclodir o lado bárbaro e selvagem destes, mal refreado por regras que não eram as suas, incompatíveis com o seu suposto nível mental. Foi Para a Bahia em 1882, a seguir o curso médico, até o quinto ano, que terminou com aprovações distintas e publicação de seu primeiro</p>

	<p>trabalho escrito - A Morféia em Anajatuba, 1886. Transferiu-se então para o Rio de Janeiro e, onde se doutorou no ano imediato, sustentando tese sobre as Amiotrofia de origem periférica. Isso foi em 10 de Fevereiro de 1888. Tornando ao norte, deteve-se na Bahia e em concurso para a secção médica, conquistou o lugar de Adjunto. Em 1891 foi transferido para a seção de medicina pública, logo depois nomeado catedrático na vaga do conselheiro, redigiu por muito tempo a ilustre Gazeta Médica da Bahia, fundou e manteve a Revista Médico-Legal, colaborou assiduamente no Brazil-Médico, na Revista Médica de São Paulo; nos Arquivos de Criminologia, de Ingenieros, em Buenos Aires, nos Annales d Publique et de Médecine Legale, de Brouardel; nos Annales médico-psychologiques de Ritti, em Paris; nos annales d´anthropologie criminelle, de Lacassagne, em Lyon; no Archivio de Psychiatria e Antropologia Criminale, de Lombroso, em Turim. Além destes, a Revista Brasileira, O Jornal do Comércio, ilustraram suas colunas com artigos dele. Era sócio efetivo e vice-presidente, no Brasil, da Médico-Legal Society, de New-York, membro honorário da Academia Nacional de Medicina, do Rio de Janeiro, membro estrangeiro da Societé Médico Psychologique , de Paris . Morte inesperadamente em Paris a 17 de julho de 1906. Sua escola propagou-se no Rio de Janeiro, onde A. Peixoto reformou, em 1907, o Serviço Médico-Legal do Distrito Federal, deu imitação ao dos Estados. – A. Peixoto Com Diógenes Sampaio, Leitão da cunha, Nascimento Silva o Curso de aperfeiçoamento médico-legal em 1917, na Faculdade de Medicina, tal qual o Kreisartz alemão, revivido em 1932, agora com Fernando Magalhães, Leonídio Ribeiro, Heitor Carrilho, Miguel Sales, Antenor Costa e, os fiéis, Leitão da Cunha e Afrânio Peixoto. Este ainda, na sua cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Direito reclama, aí, a propagação da Escola de Nina Rodrigues.</p>
<p>Theodoro J. H. LANGGAARD</p>	<p>Doutor em Medicina pela Universidade de Copenhague e de Klel, aprovado com distinção pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem da Rosa e da Real Ordem dinamarquesa, foi condecorado com medalha de honra de Dinamarca. Publicou em 1873 um <i>Dicionário de Medicina doméstica e popular</i> com extensas considerações sobre a epilepsia.</p>
<p>Thomaz Pimentel d' UCHÔA</p>	<p>Natural de Minas Gerais. Doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sua tese de doutoramento apresentada à mesma Faculdade em 1873 é uma das muitas defendidas nesse ano que tem por título <i>Epilepsia</i>.</p>

Levantamento e digitalização dos dicionários e manuais que se encontram na Academia Nacional de Medicina. Mesmo estando alguns deles fora do período estudado pelo projeto original, sua localização é de grande interesse para a pesquisa como um todo. Em primeiro lugar porque permitem observar como a epilepsia era descrita por cientistas médicos do período estudado tanto nos manuais como nos dicionários médicos, e em segundo lugar,

porque permitem perceber quais as continuidades e rupturas dessas descrições tanto no período estudado como nos anos imediatamente posteriores ao mesmo.

Deste modo, aos títulos que já constavam do Projeto e que foram citados no relatório de julho de 2005, foram acrescentados os seguintes:

CASTRO, Aloysio de. *Tratado de semiótica nervosa: semiótica das formas exteriores e das desordens motoras*. Rio de Janeiro: F Briguiet & Cia, Livreiros-Editores, 1914.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Formulário e Guia Médico*. 13ª ed. Pariz: Livraria de A. Roger & F. Chernoviz, 1888.

_____. *Formulário e Guia Médico*. 14ª ed. Pariz: Livraria de A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

LANGGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de Medicina doméstica e popular*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1873.

MARIA, Nicolau Joaquim. *Dicionário de plantas medicinais Brasileiras*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1862.

Foram ainda localizados periódicos médicos, médico-legais e livros que contemplam estudos referentes à epilepsia e a temas correlatos, bem como periódicos jurídicos e discursos proferidos por juristas e médicos preferencialmente publicados no período cronológico que esta pesquisa se propõe a estudar – a saber, 1849 a 1906 - ou que mesmo estando fora deste recorte, tenha algo de substancial a oferecer as hipóteses de trabalho desta pesquisa. Desse conjunto, foram acrescentados à bibliografia inicial do Projeto os seguintes títulos, por serem considerados obras de grande interesse para o desenvolvimento do presente trabalho que sendo uma das vertentes do projeto original, possui um recorte cronológico maior (até 1941).

REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA E FARMÁCIA. *Número comemorativo do Primeiro Centenário da fundação da Academia Nacional de Medicina*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio de Rodrigues & C. 30-VI-1929.

REVISTA DE CRIMINOLOGIA E MEDICINA LEGAL. São Paulo: ano 1, v.4, n. 1-2, jan. – fev. 1929.

PACHECO E SILVA, A. C. O perito Médico e a questão da responsabilidade. Repressão aos loucos morais. **Revista de Criminologia e Medicina legal**, São Paulo, v.5, n. 3-6, p. 33-53, mar.-jun. 1929.

MACHADO, Alcântara. A psicologia do testemunho – de um curso de medicina pública para estudantes de direito. **Revista de Criminologia e Medicina legal**, São Paulo, v.2, n. 3-4, p. 3-16, 1928.

_____. Perícia Médica (de um curso de Medicina Legal para estudantes de direito). **Revista de Criminologia e Medicina Legal**, São Paulo, n.2, p.279-295, ago.1928.

PEIXOTO, Afrânio; FÉVERO, Flaminio; RIBEIRO, Leonídio. *Medicina Legal dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais. Noções de infortunística: doutrina, perícia, técnica, legislação*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.

PEIXOTO, Afrânio. Atualidade e futuro da Medicina Legal. **Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. São Paulo**, São Paulo, v. 3, p. 263-168, 1942.

RIBEIRO, Leonídio. Institutos de Criminologia. **Revista Penal e Penitenciária**, São Paulo, v. 1 n.2, p. 383-394, 1940.

_____. O caso Febrônio. Algumas considerações sobre o sadismo. **Arquivos da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia**, São Paulo, v. 2, n. 1, 3-22, nov. 1927.

_____. Laboratório de Biologia infantil – Discurso pronunciado pelo seu Diretor Dr. Leonídio Ribeiro. **Arquivos de Medicina Legal e Identificação**, Rio de Janeiro, v.7, n. 14, 171-177, 1937b.

MELLO, José de Moraes. O pensamento Médico-Legal hodierno em face da projetada reforma do código penal brasileiro. **Revista da Criminologia e Medicina Legal**, São Paulo, ano 1, v. 1, p. 15-39, nov.-dez. 1928.

BRASIL. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1924. **Atos do Poder Executivo** (junho a novembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, v. 3.

CARRILHO, Heitor. Da temibilidade dos epiléticos. **Revista Penal e Penitenciária**, São Paulo, v.1, n.2, p. 267-288. 1940.

_____. O Manicômio judiciário do Rio de Janeiro – seus fins médico-legais e sociais. **Arquivos da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo**, São Paulo, v.2, n. 3, p.228-251, fev.-mar.1928.

_____; BARROS, Manoel C. R. A curiosa mentalidade de um delinqüente-laudo do exame médico-psicológico de Febrônio Índio da Brasil. **Revista de Criminologia e Medicina Legal**, São Paulo, v. 5, n. 3-6, p. 53-84, mar-jun. 1929.

Elaboração de uma ficha contendo as informações pertinentes ao projeto encontradas no Formulário e Guia Médico de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz amplamente utilizado no período estudado.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Formulário e Guia Médico**. 13ª ed. Pariz: Livraria de A. Roger & F. Chernoviz, 1888.

Guia Médico

“**EPILEPSIA** ou **Gota coral**. Moléstia nervosa que se manifesta por acessos mais ou menos aproximados de curta duração, caracterizado pela perda súbita dos sentidos, insensibilidade, convulsões, contorsão dos lábios e dos olhos, espuma na bocca, ate.

Tratamento. Durante o ataque. Vigiar o doente; desembaraçá-lo dos vestidos que possam exercer alguma compressão; introduzir entre os dentes um pano dobrado para impedir que esses se quebrem ou possam ferir a língua; aplicar na testa panos molhados em água fria e vinagre; dar a respirar água de Colônia, vinagre ou álcali volátil, estender os membros e dedos do doente. Aplicar sinapismos nas pernas 551.

No intervalo dos ataques. Evitar as emoções fortes, os excessos venéreos, os trabalhos do espírito, as contrariedades. Exercício moderado. Banhos frios. Entreter o ventre livre com clisteres d'água morna, com pílulas de aloes 207, ou com outros purgantes 735 Hidroterapia 467. Anthelminticos se se suspeitar a presença de vermes 721. Os agentes farmacêuticas aconselhados para prevenir a moléstia são numerosos. Ei-los: Bromureto de potássio 270. Xarope de bromureto de potássio de Lazore 270. Selino palustre 660. Oxido de zinco 583. Valerianato de zinco 706. Beladona 259. Pílulas de Trousseau 260. Cotyledon umbilicus 356. Valeriana 704. Almíscar 204. Cartório. Cânfora. Água de flores de laranjeira. Ópio. Terebintina. Óleo essencial de terebintina. Digital. Água de louro-cereja. Estramonio. Meimendro. Sulfato de quinina. Assaferida. Artemísia. Pílulas de Leuret 402. Pílulas de Vallerad 669. Pílulas de Meglin 531. Pílulas antinevraugicas 401. **Pílulas contra a epilepsia 583**. Pílulas antiespasmodicas 243, 704. **Porção de Lemoine contra a epilepsia 219**. Pos antipasmodico 205, 286, 309, 368,669, 704. Grânulos de valerianato de atropina de Grimauld 246. Quando os doentes apresentarem sintomas de anemia, convém administrar-lhes as preparações ferruginosas 411 a 425, o vinho com regime analeptico 719, habitação no campo. Existindo pletora, restringir o regime, usar de uma alimentação vegetal, beber muita água. (p. 960)”

“**GOTA-CORAL**. V. *Epilepsia*” (p.1013)

“**MAL CADUCO**. V. *Epilepsia*” (p. 1069)

“**MAL DE GOTA**. V. *Epilepsia*” (p. 1069)

“**NEVROSE**. Nome genérico das moléstias que tem o assento no sistema nervoso, e que consistem na perturbação das fonações, sem lesão evidente na estrutura dos órgãos, e sem agente material que as produza. A esta classe de moléstias pertencem **a epilepsia**, catalepsia, convulsões, câimbras, enxaqueca, etc.

Tratamento. Banhos mornos prolongados. Banhos frios de rio ou do mar. Exercício. Equitação. Regime regular. Habitação no campo. Distrações. Medicamentos antispasmodicos 722, narcóticos 733. Hidroterapia 467. Xarope de bromureto de potássio de Laroze 270. V. *Neuralgia*”. (p.1085)

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Formulário e Guia Médico**. 13ª ed. Pariz: Livraria de A. Roger & F. Chernoviz, 1888.

(BN)

Maria A dos Santos- Novembro 2005

Formulário Médico

BELLADONA – “(Belladone,fr.)*Atropa belladona*, L. Solanaceas. Planta mui commum na Europa. Fig116. Caule de 90 a 130 centímetros, verdes no estado fresco, roxas ou amarelladas quando seccas; flores de cor purpúrea violácea; fruto a principio verde, depois vermelho, e por fim preto; raiz de cor parda amarellada no exterior, branca interiormente; cheiro viroso. P. us. Toda a planta mas sobretudo as folhas.

Narcótico empregado nas cólicas espasmódicas, tosses nervosas, asthma, coqueluche, tico doloroso da face, enxaqueca, tétano, incontinência de ourina dos adultos e das crianças, nevralgias que ocupam os tegumentos do crânio, gastralgia, interagia, dores uterinas, íleo, convulsões, **epilepsia**, dores nervosas dos dentes e dos ouvidos, amaurose, gota, reumatismo agudo, hidrofobia, inflamações dos pulmões, e como preservativo da escarlatina”.

“Em alta dose a beladona é um veneno narcótico acre; produz vertigens, secura e constrição da garganta, perturbação da vista, dilatação enorme das pupilas, delírio; depois, se a substancia foi dada em dose tóxica, segue-se agitação, fraqueza extrema, erreferecimento do corpo, e a morte – A beladona deve as propriedades narcóticas e venenosas á *atropina*. V. p.245”. (pp.259, 260)

“Pílulas anti-epilepticas (Trousseau).

Etrato de beladona 1 centigr. / Beladona em pó 1 centigr.

F.1 pílula. No primeiro mês o doente toma 1 pílula todas as noites; no segundo mês, 2 pílulas por noite; no terceiro mês, 3 pílulas; no quarto mês, 4 pílulas e sempre juntas. Se a dose do medicamento parecer elevada, se turvar a vista ou produzir uma sensação de constrição na garganta, deve-se retrogradar, e não aumentar a dose senão de dois em dois meses. D’esta maneira, chega-se no fim do ano a 7 ou 8 pílulas por noite, devendo-se sempre vigiar a influencia da medicação”.(p.260)

BROMO ou **Bromio** “(Brome, fr.) Corpo simples que se retira das águas mães das salinas, existe nas esponjas, e nas plantas marinhas. É liquido, de cor vermelha escura, cheiro desagradável, sabor acre; um pouco solúvel na água, mui solúvel no álcool e sobretudo no ether; espalha no ar vapores rutilantes; é muito volátil e caustico. Deve ser conservado em frasco de vidro com rolha esmerilhada, em lugar fresco e afastado de todos os corpos que se poderiam alterar ao contacto do seu vapor.” (p.268)

BROMURETO ou **BROMETO DE AMMONIO** “(Bromure d’ammonium, fr.). Branco, cristalizável em prismas quadrilaterais, volátil, solúvel em água, álcool e ether. – Foi empregado com vantagem na Inglaterra contra a coqueluche e **epilepsia**, em solução aquosa. Dose: 10 a 50 centigramas três vezes por dia.”

BROMURETO ou **BROMETO DE CAMPHORA** “(Bromure de camphre, fr.) Aquecendo a cânfora com o bromo á 100° em tubos fechados, obtem-se um produto, cristalizado em prismas brancos, duros e quebradiços; de cheiro de cânfora e de terebintina; de sabor amargo; insolúveis na água; solúveis no álcool, no ether, no clorofórmio, nos óleos fixos e voláteis ao ar. – Resulta das experiências feitas pelo Dr. Bourneville sobre os animais (gatos e coelhos), que o bromureto de cânfora abaixa a temperatura e possui propriedades hipnóticas incontestáveis. É aconselhado no delirium tremens, nas convulsões das crianças, no histerismo, na insônia, na **epilepsia**, na chorea, e nas nevroses em geral.”(p.269)

Porção contra a epilepsia (Voisin)

Bromureto de potássio 20 gram. ? Água comum 480gram.

Tomar uma colher de sopa de manhã, e outro tanto á noite. Immediatamente depois beber um pouco d’água com açúcar ou com vinho. Aumentar a dose de uma colher cada cinco dias, até tomar 5 colheres de manhã e 5 colheres á noite. Continuar o medicamento durante muito tempo.” (p.270)

Organização do material encontrado de acordo com os sub temas desenvolvidos. Visando otimizar o trabalho da equipe de pesquisa na localização das teses de temas correlatos à epilepsia que compõem o acervo da Faculdade de Medicina da Bahia, ficou sob minha responsabilidade o agrupamento dessas teses em blocos de acordo com os interesses dos sub-temas desenvolvidos por cada bolsista de Iniciação científica. Deste modo, as teses de temas correlatos à epilepsia publicadas na Faculdade de Medicina da Bahia –entre 1840-1928 - ficaram assim agrupadas:

Teses de temas correlatos à epilepsia de interesse direto ao sub-tema “A relação entre epilepsia e o pensamento médico acerca da família brasileira na segunda metade do século XIX” desenvolvido pelo bolsista de IC Leonardo Martins Barbosa.

- CARVALHO, Arthur Homem de. *Do alcoolismo debaixo do ponto de vista da higiene*. Bahia: FAMEB
- CASTRO, Antonio Pedro da Silva. *Higiene da mulher no estado da gravidez*. Bahia: FAMEB
- COLLET, Agnello Geraque. *Higiene escolar*. Bahia: FAMEB
- FERREIRA, Vicente Vieira. *Higiene, moléstia e medicina*. Bahia: FAMEB
- FREITAS, Alberto Ferreira. *Ligeiras considerações sobre a higiene da mulher grávida*. Bahia: FAMEB
- GITAHY, José Muniz Cordeiro. *Da medicina e do cristianismo e suas relações entre si*. Bahia: FAMEB
- GONÇALVES, José Joaquim. *Herança*. Bahia: FAMEB
- GOULART, Octaviano de Abreu. *Higiene alimentar da primeira infância*. Bahia: FAMEB
- GUIMARÃES, Domingos Velloso. *Casos em que se deve provocar o aborto*. Bahia: FAMEB
- JATOBÁ, Hildebrando de Freitas. *Contribuição ao estudo da mortalidade infantil na Bahia: garantia sanitária da prole*. Bahia: FAMEB
- LEITE, Julio Pereira. *Conseqüência para a mulher do casamento de um sífilítico – transmissão da sífilis pelo casamento*. Bahia: FAMEB
- LISBOA, Frederico Augusto da Silva. *Higiene da mulher em estado de gravidez*. Bahia: FAMEB
- LOBO, Francisco Candido da Silva. *Apontamentos para o estudo da higiene escolar*. Bahia: FAMEB:
- LYRA, João Maria Carneiro de. *Histeria infantil*. Bahia: FAMEB:
- MACHADO, Odilon Ferreira. *higiene da gravidez*. Bahia: FAMEB
- MANGABEIRA, Francisco Cavalcante. *Impedimentos de casamento relativos ao parentesco*. Bahia: FAMEB
- MARQUES, Augusto de Souza. *Que influencia exercem sobre a vida do feto durante o trabalho de parto as apresentações e posições*. Bahia: FAMEB
- MARQUES, Umbelino Heraclio Muniz. *Higiene pedagógica*. Bahia: FAMEB
- OLIVA NETTO, Joaquim Vidal de. *Da inevitabilidade do abortamento*. Bahia: FAMEB
- PINTO, Antonio Raposo. *Traz o casamento consanguíneo a degeneração da raça?* Bahia: FAMEB:
- ROCHA, José Cesario da. *Syphilis e casamento*. Bahia: FAMEB
- SÁ, Gustavo Adolfo de. *Dissertação sobre saúde*. Bahia: FAMEB
- SOARES, Deodoro Álvares. *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista higiênico e evolucionista*. Bahia: FAMEB.
- SOUZA BRANDÃO, Octavio de. *Do casamento e sua regulamentação*. Bahia: FAMEB
- TEIXEIRA, Lino Romualdo. *Casos em que se deve provocar o aborto*. Bahia: FAMEB
- VASCONCELOS, Manoel Ignácio de. *Que influencia exercem sobre a vida Do feto durante o trabalho do parto as apresentações e posições*. Bahia: FAMEB
- VIDAL, Fulgêncio Martins. *Higiene alimentar da primeira infância*. Bahia: FAMEB

Teses de temas correlatos à epilepsia de interesse direto ao sub-tema “Demonização e Exclusão” desenvolvido pela bolsista de IC e membro da equipe Mariana Lapagesse de Moura

AMARAL, Policarpo Antonio Araponga do. *Brevs descrição do estado atual dos principais hospitais d’esta cidade*. Bahia: FAMEB,
PEREIRA, Felipe Machado. *Melhoramentos introduzidos na construção dos hospitais*. Bahia: FAMEB
SOUZA JUNIOR, Custodio Moreira de. *Últimos melhoramentos introduzidos na construção dos hospitais e maternidades*. Bahia: FAMEB
VIANNA, Adolfo. *Higiene dos hospitais*. Bahia: FAMEB:

Teses de temas correlatos à epilepsia de interesse direto ao sub-tema desenvolvido pelo bolsista de IC Aderivaldo Ramos de Santana “Raça e Gênero no discurso médico sobre a epilepsia”

BAPTISTA, Hildebrando José. *A mulher e a medicina legal*. Bahia: FAMEB
CARVALHO, Francisco Tavares de. *Da menstruação*. Bahia: FAMEB
GUIMARÃES, Pery. *Ligeiras considerações sobre as raças humanas*. Bahia: FAMEB
JORGE FILHO, Adriano Augusto de Araújo. *Alcoolismo e involução humana repressão e profilaxia do alcoolismo*. Bahia: FAMEB
PINHO JUNIOR, João Ferreira de Araújo. *Desordens psíquicas da menstruação*. Bahia: FAMEB
PINTO, Antonio Raposo. *Traz o casamento consanguíneo a degeneração da raça?* Bahia: FAMEB
RIBEIRO, Jefferson Firmino. *Da puberdade na mulher*. Bahia: FAMEB
SOARES, César Ribeiro. *Estudo médico legal das psicoses menstruais*. Bahia: FAMEB
SOARES, Deodoro Álvares. *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista higiênico e evolucionista*. Bahia: FAMEB

Teses de temas correlatos à epilepsia de interesse direto ao presente trabalho a saber “Ciência e preconceito. Epilepsia, propensão ao crime e Medicina Legal” por mim desenvolvido (Maria Aparecida dos Santos)

ALBURQUERQUE, Francisco Júlio de Freitas e. *A monomania*. FAMEB
ARAÚJO, João de Britto e. *Quase nada sobre a miséria à luz da clinica medica*. FAMEB
BAPTISTA, Hildebrando José. *A mulher e a medicina legal*. FAMEB
BRITO, Feventillo de. *Loucos e criminosos*. FAMEB
BRITTO, Antonio Agripino Xavier de. *Proposições acerca do infanticídio*. FAMEB
BRITTO, Marinonio de Freitas. *A libertinagem e seus perigos relativamente ao físico e moral do homem*. FAMEB
CALDAS, Joaquim Moreira. *Da etiopatogenesia da criminalidade*. FAMEB
CAMPOS, Manoel Ludgero d’Oliveira. *Em que consistem os temperamentos? É Possível modificá-los, transformá-los e destruí-los? Quais os meios higiênicos?*

- CARDOZO, Emiliano de Olinda. *Influencia da civilização sobre o desenvolvimento das affecções nervosas*. FAMEB
- CARVALHO, Odilon Fernandes de. *Ferimentos e outras ofensas psíquicas estudada pela medicina legal*. FAMEB
- CASTRO, Galdino Pereira de. *Das ilusões sociais*. FAMEB
- COUTO JUNIOR, José Ribeiro do. *Estudo médico-legal Da epilepsia*. FAMEB
- D'ALBUQUERQUE, Alvaro Ladislau Cavalcanti. *Contribuição ao estudo da Tatuagem nos criminosos*. FAMEB
- FERREIRA, Abdias Barão. *Ligeiras considerações sobre a justiça penal*. FAMEB
- FREIRE FILHO, Severiano José. *Profilaxia do crime*. FAMEB
- FREIRE, Guarino Aloysio Ferreira. *Qual o papel que desempenha a civilização no movimento das moléstias mentais*. FAMEB
- FREITAS JUNIOR, José Antonio de. *Proposições sobre a influencia no estado social na produção das moléstias*. FAMEB
- GONÇALVES, Antonio Ribeiro. *Menores delinquentes*. FAMEB
- GUERRA, Adolpho Santos. *Das impulsões mórbidas à deambulação sob o Ponto de vista médico-legal*.
- JORGE FILHO, Adriano Augusto de Araujo. *Alcoolismo e involução humana repressão e profilaxia do alcoolismo (higiene social)*. FAMEB
- LEAL Vitalico Edmundo. *Estados fisiológicos e patológicos fora da loucura, que influem sobre a responsabilidade e a capacidade*. FAMEB
- LEÃO, Antonio Candido de. *Valor medico- legal do intervalo lúcido*. FAMEB
- LYRA, João Maria Carneiro de. *Histeria infantil*. FAMEB
- MALTEZ, Aristides Pereira. *Breve estudo clinico e médico-legal das psicoses por traumatismos cranianos*. FAMEB
- MEDEIROS, Alfredo Cordeiro Fonseca. *Do Infanticídio*. FAMEB
- MIRANDA, Francisco Pontes de. *A insanidade mental como dirimente dos delitos*. FAMEB
- NUNES FILHO, José Rodrigues. *Algumas considerações sobre o homem especialmente suas relações entre o físico e moral*. FAMEB
- OLIVEIRA, Oscar Cláudio de. *Moral e crime*. FAMEB
- PAMPONET, Cincinnato Augusto. *Identidade- medicina legal*. FAMEB
- PEREIRA, Henrique Alvares. *Da herança fisiológica e patológica em Referencia à medicina legal*. FAMEB
- PITTA, Severino José da Rocha. *Breves reflexões sobre as moléstias Hereditárias*. FAMEB
- PONDE, Francisco de Souza. *Assistência Publica aos loucos delinquentes no Brasil*. FAMEB
- SEIXAS, Arthur Eduardo de. *Força nervosa – fenômenos elétricos nos Nervos – relação da força nervosa para com as outras forças conhecidas*. FAMEB
- SILVA, Augusto Ribeiro da. *O hipnotismo sob o ponto de vista medico-legal*. FAMEB
- SOARES, César Ribeiro. *Estudo médico legal das psicoses menstruais*. FAMEB
- SOUZA, Aurélio Domingues de. *Profilaxia de moléstias mentais e assistência a alienados*. FAMEB
- XAVIER, Ignácio Firmo. *Reflexões sobre o medico*. FAMEB

Todo o material teórico e documental considerado de substancial importância para os interesses da pesquisa são cuidadosamente fichados e discutidos nos seminários semanais de pesquisa.

2 - Participação nas reuniões semanais de pesquisa: Durante as reuniões técnicas são sistematizados os procedimentos metodológicos que devem unificar o trabalho dos integrantes da equipe. Nas reuniões semanais são também informados os resultados do trabalho desenvolvido por cada um durante este período.

Nessas reuniões foram definidos os procedimentos para a elaboração das seguintes ferramentas de trabalho:

- Levantamentos de Bibliografia e documentação para a pesquisa
- Cronologia.
- Biografias dos médicos cuja produção sobre a epilepsia já esta sendo analisada.
- Levantamento iconográfico (ex-votos; obras de arte de ou sobre doentes de epilepsia ou relacionadas ao tema; lugares de memória da medicina brasileira tais como Academia Nacional de Medicina no Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina da Bahia, antiga Colônia e atual Instituto Municipal Juliano Moreira, Santa Casa de Misericórdia, e outros).
- Fichamento da documentação
- Fichamento da Bibliografia de apoio.
- Esquema geral do web-site da pesquisa e definição da forma de alimentação do site que se encontra no ar desde o último semestre em caráter experimental. O objetivo do site é permitir que outros pesquisadores, assim como o público em geral, tenham acesso não somente aos resultados já alcançados pela pesquisa mas que também possam conhecer um pouco da sistemática de trabalho a qual uma equipe de pesquisa está submetida durante o desenvolvimento de um projeto.

3. Participação nos seminários historiográficos e teóricos:

Nas reuniões da equipe durante os últimos onze meses foram discutidos os seguintes livros que, por seu tema ou por seu interesse teórico para a pesquisa, merecem uma atenção especial: ABREU E SILVA, Pedro Luiz de. *Ação Fisiológica e efeitos do esporão de centeio suas indicações e contradições*. Bahia: FAMEB, 1882. (conduzido pela bolsista Débora Sol Freire).

ANDRADE, Antonio D'Albuquerque Queiroz. *Ligeiras reflexões sobre os principais métodos de tratamento da epilepsia*. Bahia: FAMEB, 1906.

ARMISTRONG, Karen. *A escada em espiral*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

CHARCOT, Jean Martin. *Grande Histeria*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. (a cargo da professora Heloisa Serzedello Corrêa)

CORADINI, Odaci Luiz. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. **Revista Estudos Históricos Brasil-Europa**, n.35, jan.-jun., 2005. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV.

COSTA, Antônio José da. *Epilepsia*. Bahia, 1881. (conduzido pela bolsista Samantha Valério).

COUTO JUNIOR, José Ribeiro do. *Estudo Médico Legal da Epilepsia*. 1892. (conduzido pelo bolsista Leonardo Martins Barbosa).

DURÃO, Eduardo Christiano Cupertino. *Epilepsia*. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1887. (conduzido pela bolsista Mariana Lapagesse de Moura).

ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (A cargo da bolsista de IC Rebecca Coscarelli)

MOTTA, Manoel de Marsillac. *Das descargas motoras na epilepsia essencial: suas vantagens e danos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1900. (conduzido pela bolsista Rebecca Coscarelli)

PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil; o presente no passado*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. (A cargo da bolsista de IC Rebecca Coscarelli)

RAMOS, Parmenio José. *Ligeiras reflexões sobre o tratamento cirúrgico da epilepsia*. Bahia : FAMEB, 1899. (conduzido pela bolsista Mariana Lapagesse de Moura).

SILVEIRA, Maria Lúcia da. *O Nervo fala, o nervo cala*. (publicado pela UFPN)

SODRÉ, Azevedo. *A Pilocarpina no tratamento da epilepsia*. Bahia: GMB, 1890. (conduzido pela bolsista Débora Sol Freire)

Condução dos seguintes seminários historiográficos, teóricos e documental:

BATISTA, Pedro Ernesto. *Balneoterapia nas moléstias mentais*. Rio de Janeiro: Typ e Lith da Papeleria Comercial, 1908.

CORREA, Mariza. *As Ilusões da liberdade: A escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: editora da Universidade São Francisco, 2001.

GALVÃO, Deolindo Octaviano da F. *Responsabilidade criminal nos epiléticos impulsivos*. Bahia: Diário da Bahia, 1896.

Condução de um seminário como parte da realização de um trabalho sobre a atuação de Médicos e Educadores durante os primeiros anos do século XX. Tal seminário foi apresentado durante o curso de História do Brasil IV, e realizado juntamente com Mariana Lapagesse, também bolsista de IC do projeto e membro da equipe de pesquisa, em conjunto com Paula R. Belem e Isabella Mansine.- colegas do curso de graduação em História pela Puc-Rio.

Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro

História do Brasil IV

Prof. Luis Resnik

Alunas: Isabella Mansine, Maria Aparecida dos Santos, Mariana Lapagesse, Paula Belém

A Medicalização da educação: medida científica para o progresso da nação

*“Analisando um grupo de médicos,
me deparei mais freqüentemente com
criminólogos, psicólogos, educadores,
políticos e até literatos.*

*Todos eles explicita e constantemente preocupados
com os problemas sociais de seu país ainda
que procurassem legitimar essa
preocupação enquadrando-a
numa prática que, por ser definida
como profissional e científica, lhes apareci
a como desvinculada de
interesses particulares dirigida
à procura do “bem geral””;*
Mariza Corrêa

A década de 20 no Brasil pode ser também conhecida pela ação dos profissionais da ciência médica e dos educadores em criar meios de adequação dos indivíduos brasileiros nessa modernidade que começara nos primeiros anos da República. Portanto, esses agentes tinham como desafio minimizar os efeitos de uma herança - limitada do patrimônio de homens livres em uma sociedade escravocrata - que tinha reflexos no alto número do analfabetismo, no despreparo da população para com a sociedade emergente e no distanciamento dos padrões mínimos saúde em meio a um ambiente insalubre. Os higienistas e educadores apontariam essas conseqüências como fruto de uma irresponsabilidade pública.

Em meio a esses problemas, surgem diversas propostas e projetos liberais em áreas distintas de atuação político-social. Nascia, tanto no campo da educação como no da saúde, uma argumentação favorável a criação de uma *unidade*, bem como a *sistematização* de práticas, visando o estabelecimento de diretrizes e normas espelhadas nos moldes da ciência moderna. Argumentar a favor de uma administração federal e central para a educação e para a saúde era uma forma de reagir contra o poder local (coronelismo) característico da tradição desde a República Velha.

A Educação e a Saúde nos anos 20 ainda eram símbolos do que há de mais retrógrado e tradicional, portanto, contrário ao objetivo primeiro: a modernização. A solução deste problema, segundo os pioneiros da saúde e da educação, viria através da intervenção do Estado sob forma de uma centralização burocrática.

O escolanovismo surgido em fins do século XIX, um movimento que se opunha as práticas pedagógicas tradicionais, exerceria grande influência nas bases do movimento educacional renovador brasileiro. Anísio Teixeira em 1928 estudou na universidade da Columbia, em Nova York, onde conheceu o pedagogo John Dewey. Este acreditava ser a educação o único meio realmente efetivo para a construção de uma sociedade democrática, que respeite as características individuais de cada pessoa, inserindo-o em seu grupo social com respeito à sua unicidade, mas, como parte integrante e participativa de um todo. Por isso, Anísio Teixeira pregaria a emancipação do indivíduo, a liberdade de pensamento e incentivo aos talentos e vocações individuais. Esse movimento de renovação escolar aderiu em suas práticas os progressos mais recentes da psicologia infantil, a qual reivindicava: o respeito às características individuais e de desenvolvimento de cada criança. O centro da educação e da atividade pedagógica passava a ser a criança.

Anísio Teixeira tinha sua preocupação voltada para as conseqüências negativas que esse processo de unificação do sistema educacional poderia causar. Uma delas seria o fato da organização de um sistema único de idêntico e acessível para todos - a "escola única" - não seria capaz de promover, através de sua uniformidade simplista, a plenitude das faculdades de direito do homem em sociedade. Esta apagaria todas as diversidades e particularidades individuais como nos mostra o trecho a seguir:

"No seu aspecto fundamental a escola única se apresenta assim em sua simplista uniformidade, desadequada para atender à variedade complicada da espécie humana e a sua aplicação como um possível e sempre desastroso nivelamento da inteligência de um país." Anísio Teixeira. "A propósito da escola única"

Para Anísio Teixeira a seleção dos melhores alunos deveria ser feita em um universo misto de ricos e pobres, e a democracia garantiria o governo dos mais capacitados, selecionados a partir do suposto básico do direito universal e gratuito à educação.

Os educadores profissionais dessa época, além de criar conteúdos e práticas escolares, tinham como objetivo interiorizar a consciência pedagógica na prática cotidiana da vida escolar. A construção dessa

consciência aparece subordinada a uma militância que se especializou sobre a vida escolar. Para isso, esses agentes fizeram uso de determinadas áreas do conhecimento científico na construção epistemológica da educação. A educação brasileira seria, no entanto, institucionalizada e adquirindo formas próprias: com um local específico, obedecendo a uma seriação (baseada nos avanços da psicologia infantil) e com equipamento escolar moderno para facilitar o processo de ensino aprendizagem. *“No equipamento escolar tudo o que o ensino moderno exige: material didático e de trabalhos manuais, os instrumentos necessários, o local apropriado e a aparelhagem para educação física, a biblioteca, o museu e os recursos da fonografia, do cinema e da rádio-difusão”* (Discurso a representantes do magistério primário sobre o IBGE e o serviço de estatística do MÊS; Arquivo Anísio Teixeira.). A biblioteca, o museu, a rádio, entre outros artifícios, seriam extremamente valorizados para uma qualidade do processo educativo. A educação seria uma das vias mais eficazes para o progresso de uma nação. Por isso, valeria a pena investir.

A utilização de dados na educação, bem como na medicina, também exerceria uma importante função na aplicação das práticas pedagógicas. Observar, perguntar, apurar, descrever, contabilizar, agrupar e classificar seriam procedimentos, os quais fariam parte de toda atividade educadora. Por isso, exigiriam investimento em horas de trabalho na elaboração de fichas, boletins, quadros e mapas. A criação do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), do IBGE expressam tal importância. A utilização da estatística, como instrumento de trabalho da máquina estatal, procurou acompanhar o movimento da realidade escolar para intervir no âmbito da política educacional.

Este instrumento auxiliar, associada à Psicologia Social, criou tipologias e perfis no campo da saúde, cujos que desviavam da “normalidade” eram enquadrados em categorias como: deficientes físicos, mentais e emocionais. No campo da aprendizagem classificavam os de aprendizagem rápida, os de aprendizagem lenta, os aprovados e repetentes. Estas avaliações, feitas por profissionais da saúde e também por educadores, permitia uma comparação e uma posterior hierarquização desses indivíduos analisados.

É importante estabelecer um ponto em comum nas ações dos educadores, psicólogos e médicos higienistas. Ambos irão utilizar uma bateria de testes mapeando a “anormalidade” por critérios médicos pedagógicos e sugerindo, por exemplo, a criação de classes especiais nas escolas. Além disso, apoiaram as chamadas escolas auxiliares em regime de semi-internato ou de internato, as quais tratariam de separar o “anormal” do contato com os outros.

Assim como é possível realizar uma análise sobre os educadores centrada na figura de Anísio Teixeira, em olhando para os médicos, o mesmo é possível com a figura extremamente relevante de Belisário Penna. Este médico foi diretor de saneamento rural do Departamento Nacional de Saúde do período analisado. Através de documentos oficiais e livros de sua autoria, a relação dos higienistas com a sociedade brasileira nos anos 20 pode ser estudada e compreendida.

*“O Brasil é um país doente no sentido literal da expressão. A nossa miséria financeira e econômica é o reflexo da desnutrição orgânica que converte a maioria dos nossos concidadãos em inúteis unidades sociais, incapazes de concorrer com a quota do seu esforço para o aumento da riqueza comum”.*ⁱⁱ

Neste trecho do discurso pró-saneamento do país de Belisário Penna, podemos perceber a existência de uma relação entre saúde e progresso onde a saúde seria essencial para a modernidade de uma nação. Contudo, o

brasileiro estava doente. Sobretudo aquele que habitava o campo. Era preciso uma reforma sanitária para que o caminho da construção de uma nação pudesse ser trilhado. Esta idéia é uma conseqüência do que Belisário Penna já havia explicitado no âmbito burocrático, em um Relatório Médico-Científico publicado em 1916 junto com Artur Neiva:

*Raro o indivíduo que sabe o que é o Brasil. Piauí é uma terra, Ceará outra terra. Pernambuco outra (...). A única bandeira que conhecem é a do divino”.*ⁱⁱⁱ

Sua fala estava fundamentada em expedições realizadas por ele ao interior do país, como norte da Bahia, sudeste de Pernambuco, sul do Piauí, nordeste de Goiás e posteriormente ao sul para estudar as condições sanitárias dessas regiões. Portanto, ao tomar conhecimento do modo de vida insalubre desta população, Penna propõe um “saneamento do Brasil” para que o país tivesse condições de se desenvolver e assim tornar-se moderno. As expedições registravam, além das doenças, aspectos sociais, econômicos e culturais dessas populações locais.

“Nós, se fôramos poetas, escreveríamos um poema trágico, com a descrição das misérias, das desgraças dos nossos infelizes habitantes sertanejos, nossos patrícios. Os nossos filhos, que aprendem nas escolas que a vida simples de nossos sertões é cheia de poesia e de encantos, pela saúde de seus habitantes, pela fartura do solo, e generosidade da natureza, ficariam sabendo que nessas regiões se desdobra mais um quadro infernal, que só poderia ser magistralmente descrito pelo Dante imortal”^{iv}

Com base neste conhecimento adquirido com as viagens, em 1916 Belisário Penna fez parte do Primeiro Posto de Profilaxia Rural do Brasil e, neste mesmo ano, iniciou uma campanha pelo “saneamento do Brasil” no periódico Correio da manhã. A mobilização alcançada com o debate acerca deste tema foi um dos elementos que influenciaram a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil em 1918 para o combate às endemias rurais através de uma política mais centralizada. A Liga congregou médicos, profissionais liberais, militares e políticos que propunham a intervenção da União na saúde pública de modo que houvesse uma centralização desses serviços para que resultados mais eficientes fossem obtidos no setor da saúde. Com efeito, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública entre 1919 e 1920 que expressava de certa maneira este maior centralismo desejado nas políticas públicas relacionadas à saúde. Segundo Gilberto Hochman, são fatores favoráveis a este movimento de aumento do poder do Estado: o saneamento rural com o intuito de civilizar o país, o fato da Academia Nacional de Medicina – apoiada pela sua autoridade científica – apresentar um relatório que recomendava uma autonomia dos serviços de saúde pública através de um Ministério da Saúde Pública e, finalmente, o alastramento da gripe espanhola pelo país. Vale dizer que Belisário Penna, ainda em 1903, já criticava a postura pública existente no país.

“A União, o estado e as municipalidades estão em sua grande maioria inteiramente alheias aos interesses gerais, inscientes de sua missão econômico-administrativa, e entregues à mais desbragada politicagem, que mais que todas as crises econômicas, têm prejudicado nosso país, depreciando e aviltando o caráter do seu povo”

É importante notar que ao longo do tempo, através do discurso de Belisário Penna, podemos perceber a influência dos higienistas na sociedade brasileira neste momento. Em 1930 foi criado o Ministério da educação e saúde, uma herança direta dos anos 20 no que diz respeito a uma estrutura estatal com certa autonomia. Também é preciso lembrar que Penna escreveu artigos sobre higiene e educação, sendo que em 1927 percorreu

o país dando conferências como inspetor de propaganda e educação sanitária. Com isso, pode-se perceber que o âmbito dos educadores e dos higienistas se entrelaçavam de maneira bastante particular.

O destaque dado as figuras tanto de Anísio Teixeira quanto a de Belisário Penna no contexto político da década de 20 tem por objetivo mostrar como, na trajetória profissional destes dois agentes sociais, é possível perceber que educadores e médicos - detentores de um saber letrado – agindo profissionalmente interferiam diretamente na sociedade e nos rumos que se pretendia dar a esta nação desejosa de se ver e ser vista como civilizada.

Este é também o momento de profunda fé na ciência, na ciência positiva que seria capaz não só de curar como também de regenerar a sociedade até que esta chegasse ao estágio positivo. Há aqui, uma transformação do papel do médico que originalmente tinha como função a cura do doente, dos corpos individuais mas que agora, não só passa a ser visto como também se vê como responsável pela saúde do corpo social. Responsável pela saúde da nação. Nesta interpenetração entre saber médico, atuação política orientada para um fim positivo e educação, a escola passa a ser encarada como um laboratório social através do qual o patriotismo, a disciplina, a cooperação e a solidariedade pudessem ser transmitidos aos escolares em bases científicas. A escola seria então o lugar de construção do homem novo.

A cientificidade do saber médico é o que em larga medida, possibilita a penetração do médico em outras cidadelas letradas, para fazer uso aqui de um conceito de Angel Rama .

Pode-se dizer então que de fé na ciência, passa-se a uma fé na ciência médica que levaria a nação a alcançar os ideais republicanos de ordem e progresso. Por essa ótica, o médico equivale a uma espécie de missionário e como já foi dito em outro lugar, um missionário do progresso^{vi}. É importante destacar que o saber médico durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, ainda não se tinha definido completamente como um corpo coeso, e que mesmo assim estava se configurando no cenário nacional como um “campo do saber” fundamental ao processo civilizador.

A liberdade de circulação dos médicos pelos outros centros de difusão do saber letrado, faz com que as academias de medicina tenham com as outras cidadelas letradas de seu tempo uma relação assimétrica alimentada justamente pela penetrabilidade de seus membros nestes outros centros de saber ao mesmo tempo em que torna-se impenetrável àqueles que não são profissionais da ciência médica, ou seja em assuntos de medicina, somente tem vez e voz os detentores do saber médico e científico de então. Os senhores médicos. Na escola isso não será diferente.

O médico passa a atuar em uma esfera não antes imaginada, mas que é legitimada pelo estatuto de ciência, que tem toda e qualquer intervenção médica neste momento em que há todo um debate em torno da questão da prevenção. Cabia à escola e esta não mais somente por meio dos educadores mas também e principalmente por via de uma intervenção médica, à luz da ciência, prevenir que escolares se transformassem em indivíduos desviantes. Ou seja, impedir por meio da intervenção científica na escola, a proliferação de criminosos, delinquentes, anormais, no sentido de impedir o desenvolvimento de certas categorias que pudessem atrapalhar o progresso da nação. A prevenção torna-se palavra de ordem, e nisso concordavam não só médicos e educadores como também juristas. Fazia-se necessária, nas palavras de um jurista, que “a inspeção médica, segundo as modernas idéias, preceda a admissão em qualquer escola primária, complementar ou profissional; e, mesmo depois de admitidos, devem ser os alunos objeto de constante observação médica”^{vii}

Conforme já foi mencionado, nas décadas de 1910 e 1920 a preocupação com a saúde pública e a

educação passam a ocupar uma posição central na política federal. Conforme demonstra Gilberto Hochmann isto se deve, mais especificamente no caso da saúde, aos efeitos da interdependência entre segmentos da sociedade, instituições e os próprios indivíduos e que em consequência desta interdependência levará ao fortalecimento do Estado.

Da mesma forma, na educação, uma crescente preocupação no que diz respeito à formação dos jovens das camadas mais baixas da sociedade começa a ser alvo da preocupação das diversas elites (intelectuais, políticas, econômicas), na medida em que começam a representar um problema para a segurança da sociedade, pois segundo o pensamento vigente na época é daquele segmento da sociedade que surgem os elementos perniciosos, infratores e criminosos. No entendimento de um determinado grupo, tais degenerescências estariam diretamente ligadas a própria degeneração da raça, baseadas em teorias eugenistas e no do darwinismo social. Por esta maneira de olhar a sociedade e os problemas vigentes nela neste período, tais degenerações que poderiam ser evitadas se identificadas precocemente. É nesse momento que surgem, trazidos da Europa e dos Estados Unidos, diversos testes e instrumentos de avaliação psicológica que passam a ser empregados nas escolas, com o fim de proceder a uma profilaxia mental, da mesma forma que se procedia a uma profilaxia sanitária.

Essa profilaxia mental era tão importante quanto a profilaxia sanitária na medida em que permitia à nação estar dando um caráter específico ao seu povo, que deveria, na medida do possível, atingir o mesmo patamar dos povos das nações européias ou norte-americanos.

A cientificização da educação pressupunha sua psicologização, assim, houve a preocupação tanto com a psicologia aplicada no ensino resultando em técnicas modernas de ensino, tal como defendia Anísio Teixeira, como também na recuperação de jovens delinquentes, como defendia o jurista Evaristo de Moraes. É neste sentido que durante a Primeira República a preocupação com a educação de “abandonados, anormais e delinquentes” tomou conta de médicos e juristas. Estes entendiam que a escola, muito mais do que um espaço de “distribuição igualitária de conhecimentos”^{viii}, deveria funcionar como um lugar privilegiado para realização de um projeto preventivo que visava identificar “anormalidades infantis” a fim de assegurar mais ordem e progresso ou seja, a função primordial não seria a educação, mas a prevenção da criminalidade. Portanto, pode se dizer que há uma confluência do saber intelectual vigente nas várias cidadelas letradas^{ix} em um esforço conjunto (médicos, educadores, juristas) pelo saneamento das mentes e dos corpos individuais visando o saneamento do corpo social que possibilitaria a concretização dos almejados ideais de ordem e de progresso.

Em 1909, o Dr. Moncorvo Filho conseguiu convencer o prefeito Serzedello Corrêa a criar o Serviço de Inspeção Sanitária e Escolar do Distrito Federal, que se encarregaria de investigar a existência de doenças contagiosas, mas também de eventuais anomalias mentais. Em 1923, a Liga Brasileira de Higiene Mental inclui em seus estatutos a idéia de profilaxia mental, apoiada nas últimas teorias evolutivas que apontam a infância como o lugar de “prevenção da dissolução moral e social”.

Era do entendimento de alguns, entre os quais o Dr. Evaristo de Moraes, que o ensino voltado para as crianças e jovens das camadas mais baixas deveria ser do tipo profissionalizante, uma vez que a educação convencional se mostrava ineficaz no caso destas crianças, pois estas não dispunham de muito tempo para dedicar à educação tendo que desde cedo colaborar com o sustento da família. A educação convencional, ao contrário, não traria bons resultados para esse tipo de população, enquanto a profissionalizante manteria os jovens afastados do crime.

A preocupação em identificar precocemente os “anormaes” para dispensar-lhes tratamento diferencial era entendida como a forma mais eficaz de evitar o crime, uma vez que pesquisas internacionais apontavam uma grande incidência de “anormalidade” entre crianças e jovens em situação ilegal. Como “anormaes” entendia-se tanto crianças com deficiência de aprendizado, como também as turbulentas, desobedientes, agressivas, desatentas, instáveis e também portadoras de tiques, mentirosas, fujonas, imorais (homossexuais). As causas do comportamento infrator eram creditadas a hereditariedade, alcoolismo e a natureza impulsiva na adolescência.. As deficiências físicas e mentais seriam transmitidas pelos pais e mesmo que não resultando na mesma anormalidade dos pais, resultaria sempre em alguma anormalidade. É nesse sentido que a investigação familiar ganhou um peso importante na avaliação dos jovens. Identificando os fatores causadores das anormalidades (alcoolismo, prostituição, delinqüência), seria mais fácil intervir no tratamento do jovem.

Entretanto, o que se percebe na maior parte das vezes é uma adoção de explicações bio-psicológicas que despolitizam totalmente o estado de coisas, criando uma noção de que as mazelas não se davam por contingências econômico-sociais, mas responsabilizando o indivíduo por elas.

Pode-se dizer que a construção do campo médico como um campo coeso confunde-se com esse alargamento da ciência médica na medida em que a penetração de médicos em outras esferas do saber letrado não somente emprestava a essas outras cidadelas o estatuto de ciência como que ao mesmo tempo dava ao médico uma legitimidade de atuação e interferências nas relações da sociedade do período estudo que certamente não faziam parte de suas atribuições a priori.

É justamente por isso que podemos falar em uma categoria especial do período que é o médico polivalente que atua não somente no campo estritamente médico, mas vai alargando cada vez mais seu campo de atuação.

Portanto, ao se sobrepor aos próprios educadores em um campo de atuação que lhe é permitido entrar pelo estatuto de cientificidade que envolve o saber médico, dizer que os senhores médicos, circundam o poder do Estado, com ele interagem, e extrapolam os “*limites das definições profissionais que inscrevem sua presença nas instituições que regulam a vida em nossa sociedade*” (Mariza CORRÊA:2001)

Notas:

ⁱ Mariza Corrêa é Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, USP, em 1982 *Título: As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. É professora do Departamento de Antropologia da UNICAMP desde 1976. Publicou vários artigos sobre a questão do gênero. A epígrafe deste trabalho foi extraída do livro que resultou de sua tese de doutorado.

ⁱⁱ Belisário PENNA. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ Revista dos Tribunais, 1918.

ⁱⁱⁱ Idem. Relatório apresentado ao Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Belo Horizonte, 1903.

^{iv} Artur NEIVA e Belisário PENNA. ‘Viajem científica ao norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goyaz’. Em *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, Manguinhos. 1916.

^v Belisário PENNA. Relatório apresentado ao Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Belo Horizonte, 1903.

^{vi} HERSCHMANN, Michael. “Entre a insalubridade e a ignorância. A construção do campo medico e do ideário moderno no Brasil” IN KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael e NUNES, Clarice. **Missionário do Progresso. Médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro. 1870 – 1937**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

^{vii} Artur RAMOS citado por Maria Helena Souza PATTO. *Ciência e política na primeira República: origens da*

psicologia escolar. IN http://www2.uerj.br/~cliopsyche?site/livros/cliol/cienciaepolitica.htmconsultado_em_02/01/2006 às 20:29. Parte V–Psicologia, História e Educação. O artigo citado é parte de uma pesquisa sobre a história do movimento brasileiro de higiene mental infantil, realizada com apoio parcial do CNPq. Maria Helena de Souza PATTO é professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP).

viii PATTO, p. 7

ix Angel RAMA. *A Cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BIBLIOGRAFIA:

BOMENY, Helena. “Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional” IN: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.6, n.11, 1993, p.24-39.

CORRÊA, Mariza. *As Ilusões da liberdade: A escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: editora da Universidade São Francisco, 2001. 404p.

HERSCHMANN, Michael. “Entre a insalubridade e a ignorância. A construção do campo médico e do ideário moderno no Brasil” IN KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael e NUNES, Clarice. *Missionário do Progresso. Médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro. 1870 – 1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOCHMAN, Gilberto. “Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)” In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p.40-61

NUNES, Clarice. “Saberes e poderes” In NUNES, Clarece. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista:EDUSP, 2000.

PATTO, Maria Helena Souza. Ciência e política na primeira República: origens da psicologia escolar. IN http://www2.uerj.br/~cliopsyche?site/livros/cliol/cienciaepolitica.htmconsultado_em_02/01/2006 às 20:29. Parte V–Psicologia, História e Educação.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Participação em eventos acadêmicos que contribuam para o melhor desenvolvimento do trabalho em equipe. Durante os últimos meses foram os seguintes:

- Simpósio Satélite de Epilepsia “Epilepsia e Literatura – Machado de Assis: Ilustre Romancista”. Promovido pela Liga Brasileira de Epilepsia, realizado em 19 de junho de 2006 no Rio de Janeiro.
- Simpósio “História das Ciências no Brasil”- em comemoração aos 21 anos do MAST. Promovido pelo MAST, Fundação Casa de Ruy Barbosa, CNPq, FINEP e SAMAST realizado em abril de 2006 na Casa de Ruy Barbosa e no MAST na cidade do Rio de Janeiro.
- 2ª. Semana de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro “Novas abordagens no ensino e pesquisa em História”. Promovido pelo Departamento de História da UFRRJ realizado de 27 a 31 de Março de 2006 no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Seropédica-RJ.
- Seminário “Epilepsia – Uma janela para o cérebro”. Promovido pela orientadora do projeto (Prof. Margarida de Souza Neves) direcionado à equipe de pesquisa. O seminário, conduzido pelo Prof. Esper Cavalheiro em uma de nossas reuniões semanais de pesquisa, realizou-se em 28 de outubro de 2005.

Para as etapas subseqüentes deste trabalho no segundo semestre de 2006 e nos semestres seguintes está prevista a continuidade do trabalho de fichamento do material bibliográfico e documental já levantado e a ênfase na dimensão analítica do trabalho – com especial atenção para as teses médicas sobre a epilepsia e temas correlatos defendidas na Faculdade de Medicina da Bahia, durante o período estudado.

II - Relatório Substantivo:

Sub-tema Epilepsia, Propensão ao Crime e Medicina Legal: uma vertente da relação entre ciência e preconceito no pensamento médico brasileiro.

O sub-tema que desenvolvo no Projeto de Pesquisa coordenado pela professora Margarida de Souza Neves, no Departamento de História da PUC-Rio e que tem como objetivo identificar as possíveis relações entre pensamento médico e o preconceito no que diz respeito à epilepsia e aos doentes dessa enfermidade tem por objeto o estudo de uma linhagem de médicos brasileiros que, sob a influência do pensamento de Cesare Lombroso, associa diretamente a epilepsia à propensão ao crime, pressupondo que os doentes de epilepsia são, em razão da doença, criminosos em potencial.[1]

É possível afirmar que Cesare Lombroso, mais conhecido por ser o fundador e divulgador da frenologia, campo em que a criminologia e a medicina se associam intimamente e que foi considerado científico no período estudado, é a referência essencial dos médicos brasileiros que, nem sempre com a mesma perspectiva, associam diretamente a epilepsia à propensão ao crime.

Na perspectiva da frenologia, a partir das características físicas de um indivíduo, é possível definir cientificamente as bases do que o médico italiano considerava serem as proposições antropológicas da criminalidade. Assim, conforme a estrutura e características físicas de um indivíduo, e, em especial, a descrição de sua fisionomia e caixa craniana, Lombroso considerava possível identificar cientificamente os traços de sua anomia e, portanto, de sua potencial periculosidade social. Não sem razão o pensamento lombrosiano assume um significado particularmente importante na relação entre a ciência médica, a ação policial e a formação das forças de segurança e ordem destinadas ao controle social e à imposição da ordem social no Brasil e em outras partes do mundo.

Um de seus escritos mais significativos e aquele que mais influenciou o pensamento dos médicos brasileiros que associam diretamente a epilepsia à propensão ao crime foi o livro **O Homem Criminoso**, publicado em 1887 na tradução francesa mais divulgada entre os brasileiros.

Nesse livro, Lombroso pretende descrever as características do criminoso, partindo da premissa de que a criminalidade é uma derivação de características de ordem física, e não um produto das relações sociais. A partir dessa premissa, Lombroso descreve, classifica, estuda e diagnostica os vários tipos de criminosos, fornecendo assim, a partir da latitude da ciência médica, uma ferramenta preciosa e legitimada pela ciência para as práticas repressivas.

O médico italiano, considerado o pai da criminologia e que defendia uma concepção biológica do crime, e a quem um grupo significativo de médicos brasileiros chamava de mestre, influenciou fortemente o pensamento médico que associa a epilepsia a uma tendência inata à criminalidade. De acordo com as teorias Lombrosianas existem causas biológicas para a prática da criminalidade e que fazem do portador de determinadas características um ser anômico e naturalmente impelido ao crime, um *criminoso nato* em sua formulação supostamente científica. Entre elas está o fato de ser portador de epilepsia.

No livro intitulado **O Homem Criminoso** Lombroso resume suas teorias. Nele, dedica um capítulo à discussão da criminalidade inata no portador de epilepsia. Segundo ele “*a epilepsia reúne e funde os loucos morais e os delinquentes natos em uma mesma família natural*” [2], ou seja, é característica natural do portador de epilepsia a delinquência e a amoralidade. Uma análise cuidadosa de seus argumentos nos faz perceber que a partir das teorias Lombrosianas a epilepsia e a propensão ao crime não somente são aproximadas como toda e qualquer prática criminosa é passível de ser considerada a manifestação de um caso de epilepsia ou uma manifestação dessa doença, mesmo quando os sintomas não o acusam. Com base nesse argumento, Lombroso chega a afirmar que “*o epilético normalmente é uma caricatura do crime*” [3].

As teses da criminologia derivadas dos trabalhos de Cesare Lombroso tiveram larga difusão entre os médicos brasileiros e têm como um de seus maiores divulgadores o Dr. Raimundo Nina Rodrigues, considerado o fundador da Medicina Legal no Brasil. Nina Rodrigues, autor de estudos significativos sobre os negros no Brasil, atuava na Faculdade de Medicina da Bahia, onde formou uma geração de médicos particularmente empenhados em aprofundar as relações entre a ciência e a sociedade.

Na primeira etapa da pesquisa foi possível identificar como as premissas médicas lombrosianas que associam de forma direta a epilepsia à propensão ao crime chegam ao Rio de Janeiro através de um dos discípulos de Nina Rodrigues, o médico Afrânio Peixoto, por sua vez formador da geração de médicos que inauguram a criminologia como uma especialidade médica.

Afrânio Peixoto encarna, por suas características pessoais, um tipo de cientista muito particular, presente e atuante em diferentes esferas da vida intelectual de seu tempo, o que amplia seu raio de influência para além das fronteiras da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Além de Médico Legista, Dr. Peixoto também atuou como Político, Professor, Crítico, Ensaísta, Romancista, Historiador Literário. Sem dúvida Afrânio Peixoto foi um dos grandes nomes do cenário científico e intelectual nacional uma vez que, como intelectual e médico, circulou pelas mais diversas *ciadelas letradas* [4] seu tempo. Basta lembrar que foi presidente da Academia Brasileira de Letras, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia de Ciências de Lisboa; da Academia Nacional de Medicina Legal, do Instituto de Medicina de Madri bem como de outras instituições que reuniam cientistas e letrados.

Essa liberdade de circulação pelos outros centros de difusão do saber letrado, faz com que as academias de medicina tenham com as outras *ciadelas letradas* de seu tempo uma relação assimétrica alimentada justamente pela penetrabilidade de seus membros nestes outros centros de saber ao mesmo tempo em que torna-se impenetrável àqueles que não são profissionais da ciência médica, ou seja nas academias de medicina, devido ao corporativismo da classe, somente tem vez e voz os detentores do saber médico e científico de então. Os senhores médicos.

A centralidade da figura de Afrânio Peixoto dentro deste grupo de médicos que se orienta a partir dos pressupostos lombrosianos para afirmar a existência de uma criminalidade inata no portador de epilepsia, apresenta-se como um aparente paradoxo na medida em que é justamente Afrânio Peixoto quem primeiro questiona esses pressupostos.

Segundo Peixoto não havia uma multiplicidade de epilepsias, sendo esta doença apenas uma e não várias conforme afirmara Lombroso, também discorda do médico italiano e de seus contemporâneos brasileiros no que diz respeito ao diagnóstico da doença, e a muitos outros pontos assim resumidos:

- Critica os alienistas que consideram a crise epilética acompanhada de convulsões como o único sintoma que permite um diagnóstico seguro de epilepsia e a única forma de manifestação dessa doença.
- Sem negar que exista uma relação entre epilepsia e crime, contesta a afirmação de Lombroso de que todo criminoso é um epilético mesmo quando não existam os sinais externos da doença.
- No que diz respeito à relação entre epilepsia e propensão ao crime, afirma que nem todo epilético é criminoso, mas que postas as condições que favoreçam um ato criminoso, todos os epiléticos serão mais propensos ao crime que os não epiléticos. Pois, em suas palavras, “*a criminalidade do epilético é bem uma revelação sintomática da epilepsia*” [5]

Todas estas divergências já colocavam em cheque grande parte das teorias que haviam ganhado ao longo dos tempos “status” de verdade incontestável entre os alienistas da época. No entanto Peixoto ainda se opõe em dois outros pontos, que é o que de fato provocaria uma ruptura com a tradição lombrosiana na maneira de interpretar a epilepsia.

- Afirma ainda que nem todo doente de epilepsia quando pratica um ato criminoso está privado de seus sentidos. Há a possibilidade de uma premeditação consciente e essa deve ser considerada. Questiona ainda a amnésia forçosa após o ato criminoso de um epilético em crise. Com esses argumentos, postula a necessidade da presença de um médico perito nos julgamentos que possa auxiliar, como especialista, a análise do caráter, das motivações e das condições de consciência e responsabilidade do réu.
- Relativiza a tendência jurídica à absolvição de alguns criminosos com o argumento – indiretamente inspirado pela teoria lombrosiana - de que são epiléticos e, portanto, irresponsáveis por seus atos criminosos.

É importante destacar que o saber médico durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, ainda não se tinha definido completamente como um corpo coeso, e que mesmo assim estava se configurando no cenário nacional como um “campo do saber” fundamental ao processo civilizador. Neste caso, qualquer ruptura nas doutrinas seguidas por estes “intelectuais-cientistas” poderia significar a desagregação de um campo intelectual ainda em construção. É este o momento em que no cenário nacional os médicos juntamente com os engenheiros e os educadores apresentam-se como os verdadeiros “missionários do progresso” e no campo da medicina, nas três primeiras décadas do século XX talvez nenhum outro médico, além de Miguel Couto, tenha se consagrado em tantas áreas distintas como Afrânio Peixoto. [6]

Uma rápida análise deste quadro nos leva a crer que de fato Peixoto faz uma ruptura com os pressupostos do médico italiano, no entanto um exame mais cuidadoso do corpus empírico da pesquisa nos permite perceber que na verdade o que Afrânio Peixoto está propondo é uma releitura destes pressupostos a medida em que questiona algumas afirmações daquele a quem chama mestre, mas mantém intocável o princípio da propensão ao crime no indivíduo com epilepsia pois para ele “*O crime nestes indivíduos não é mais que a continuação lógica, terminação exclusiva de sua impulsão, de sua determinação falseada pela moléstia, e isso não somente debaixo da ação imediata de suas crises, mas em toda a continuidade de sua vida (...)*” Segundo A. Peixoto, “*o epilético não é doente porque teve acessos, mas teve acessos como teria qualquer outra determinação sintomática, porque é doente e de uma moléstia que se lhe apegou constantemente, perverteu seu íntimo e marcou-o de seu selo perturbador permanentemente*”. (Afrânio Peixoto - *Epilepsia e crime*, 1898.). O que permite dizer que a ruptura proposta por Peixoto não é com o paradigma lombrosiano e sim com o postulado que se firmou a partir das teorias lombrosianas, de que o epilético sendo impelido ao crime pela força incontrolável do seu mal, torna-se inocente perante a lei.

A defesa da inimputabilidade do doente de epilepsia é perceptível na afirmativa de um outro médico o Dr. Julio de Mattos que ao relatar no livro “Os Alienados nos tribunais” o caso de um epilético por ele observado e que teria cometido um delito, afirma categoricamente que àquele doente “*não (caberia) responsabilidade penal pelo crime de que (era) acusado e que motivou sua observação*”, segundo ele, tratava-se de “*um dos mais vulgares casos médico legal, em que um imbecil congênito, figura como autor ou cúmplice de um furto*. O referido doente foi considerado inocente “*por motivo da coexistência da imbecilidade com a epilepsia que se manifesta quer por ataques convulsivos, quer por seus equivalentes psíquicos*”(MATTOS, *Os Alienados nos Tribunais*, 1903. p.265) e o crime seria portanto um equivalente psíquico dos *ataques convulsivos*. É justamente contra essa prática

que Peixoto se posiciona, e passa a defender a idéia de que o epiléptico pode e deve ser responsabilizado por seus atos desde que se estabeleça que no momento em que praticou o delito, ele, o doente, estivesse de posse de sua consciência, o que não seria um grande problema já que para Afrânio é completamente falsa *“a idéia da abolição constante da consciência durante as determinações comiciais, mesmo na grande crise convulsiva”*.

Assim, a querela entre Peixoto e seus contemporâneos lombrosianos não reside propriamente na negação ou afirmação dos pressupostos de Cesare Lombroso em relação à epilepsia, uma vez que, ainda que de formas diferentes, para ambos o doente de epilepsia equivale a um criminoso natural. A diferença é que para Afrânio Peixoto o doente de epilepsia quando consciente, tem a possibilidade de escolha entre praticar ou não o delito ao qual é impulsionado pela doença. Deste modo, a partir dos argumentos de Dr. Peixoto, de inocente absoluto, e isso porque não pode ser responsabilizado por ter uma doença que o coloca na iminência de mal fazer, o doente de epilepsia passa a culpado por não ter freado seu *“instinto criminoso inato”*. Neste contexto, Peixoto acaba por postular a necessidade do Médico Perito como o especialista capaz de determinar a consciência ou inconsciência do doente no momento do delito.

É importante assinalar que Raimundo Nina Rodrigues vinha tentando instituir desde 1891, quando a Reforma Benjamin Constant criou a cadeira de Medicina Legal nas Faculdades de Direito, a formação do médico perito e que os professores de Medicina Legal se tornassem peritos da polícia. O mestre de Peixoto chega a redigir em Abril de 1892, como membro de uma comissão juntamente com outros médicos e a pedido do Governo Federal, um plano de reforma dos estatutos da Faculdade de Medicina da Bahia, solicitando criação de um título de habilitação específica para o médico oficial. No entanto, Nina Rodrigues morre antes de ver definido o campo da Medicina legal, somente efetivado anos depois de sua morte graças aos esforços de seus discípulos [7], dentre eles ninguém menos que o formulador das idéias que não só justificavam a institucionalização desta nova especialidade médica como também a tornava fundamental para a manutenção da ordem social. O Dr. Afrânio Peixoto.

Como podemos perceber é o momento em que as especialidades médicas começam a surgir, defendendo um raio de atuação que não permite nem a circulação de outros profissionais em sua área de atuação, como – mais tarde - a de médicos de outras especialidades.

Por este prisma, o doente de epilepsia já tão estigmatizado pela doença e por ser ele, de acordo com as proposições lombrosianas, o *“próprio mal”* desagregador da sociedade, agora, acaba sendo responsabilizado por ser doente, pois se ele tendo consciência de sua propensão ao crime no momento em que não está sob o impacto da crise epiléptica, pratica um ato delituoso, ele estaria demonstrando que *“por escolha ou premeditação”* – uma vez que estava consciente – cometeu o crime. Ao afirmar que o epiléptico opta por praticar o crime porque é moralmente corrompido e tem *“sua determinação falseada pela moléstia, e isso não somente debaixo da ação imediata de suas crises, mas em toda a continuidade de sua vida”* (Afrânio Peixoto - *Epilepsia e crime, 1898*). O mais polifacético dos médicos inaugura um novo modo olhar o doente de epilepsia, tão carregado de preconceitos quanto às teorias *“moforentas”* as quais critica.

A Medicina Legal era ensinada aos estudantes de Direito desde 1891, porém com o nome de Medicina Pública, e na Faculdade direito de São Paulo tinha ninguém menos que Alcântara Machado como professor titular desta cadeira. Para ele, assim como para os juristas em geral, o ensino da Medicina legal aos estudantes de direito, além de significar a cientificação do campo jurídico, e por isso mesmo, significava também a superação de uma deficiência de ordem metodológica visto que juristas e magistrados estavam habituados a enxergar apenas o aspecto social do delito não observando o lado psicológico e biológico da questão. Defensor e divulgador da escola positiva do direito – que se caracteriza pelo método

indutivo da observação e da experimentação, essa escola defende a pena enquanto remédio e o crime enquanto sintoma de uma patologia – que tinha no topo de suas reivindicações o olhar o criminoso e não somente o crime, suas concepções jurídicas casavam perfeitamente com os objetivos da Medicina Legal e do papel do Médico Perito proposto por Afrânio Peixoto. Alcântara Machado, primeiro presidente da Sociedade de Medicina Legal de São Paulo, e redator do anti-projeto de reforma do código penal que foi promulgado somente em 1940, acreditava que a Medicina legal seria a interseção entre os campos da Medicina e do Direito e assim, um campo científico misto trazendo para o Direito, principalmente o penal, uma gama de conhecimentos científicos que diminuíssem gradativamente essa tal limitação metodológica. Porém, a prática revelava-se bem distinta das expectativas de Machado.

Desde o início do seu ensino nas academias de Medicina e também nas faculdades de Direito, até a sua prática, era de competência da Medicina Legal dois tipos de objetos, um relacionado com o comportamento humano (exames de ditos delinquentes, homossexuais, entre outros), e outro, de caráter não comportamental, restrito à perícia em armas de fogo, identificação de criminosos pelo exame das impressões digitais, exames em cadáveres para atestar a identidade e o tempo de morte. Luis Antônio Coelho Ferla classifica esses dois objetos da seguinte forma: o primeiro, segundo ele seriam *objetos comportamentais* e o segundo *objetos não comportamentais*. De acordo com sua análise, no que respeita a objetos *não comportamentais*, a Medicina Legal havia ganhado grande notoriedade nos tribunais já no final do século XIX tornando-se reconhecidamente uma ciência auxiliar indispensável nas investigações criminais. Porém, no que tange a *objetos comportamentais*, em se tratando de exames em jovens e adultos, ditos delinquentes, para prognosticar, diagnosticar e recomendar terapêuticas, buscando relacionar corpo e comportamento, a Medicina Legal encontrava-se sobre um terreno nada sólido de uma ciência em construção e em virtude disto não raras vezes via-se emaranhada em ferrenhas controvérsias. “*Nesse caso não apenas havia ainda que convencer outros agentes sociais da legitimidade científica e da utilidade social do determinismo biológico, como se tratava também de unificar o próprio campo médico-legal em torno do problema, incluindo aqui a definição de uma hierarquia de especialidades médicas para a explicação do ato anti-social*” [8].

A idéia de biologização do crime, encontraram adeptos nas várias cidadelas letradas pelas quais médicos e juristas ilustres – que ao exemplo de Alcântara Machado, eram adeptos da escola positiva do direito - passaram, a tal ponto de não se saber mais o que fazia parte do currículo a ser ensinado na cadeira de Medicina Legal e o que dizia respeito a convicções pessoais de cada um deles. Fato é que nas academias de medicina, nas faculdades de direito, nas delegacias de polícia e mesmo instituições criadas para divulgar o pensamento Médico legal – tais como as Sociedades de Medicina Legal da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo – ganhavam força as idéias do biodeterminismo, em detrimento da escola clássica do direito, e com elas a idéia de que a epilepsia sendo uma doença que predispõe ao crime e o epilético um fator de risco social, fazia-se urgente medidas que pudessem controlar tanto a proliferação de indivíduos com epilepsia como sua livre circulação em sociedade. Peixoto chega a afirmar que seria “*imprudência e cumplicidade deixá-los livres, aos epiléticos criminosos em plena franquia*” [9]. Deste modo a figura do Médico Perito aparece como o único capaz de corrigir não uma simples deficiência metodológica como supunha Alcântara Machado, mas as imprecisões jurídicas praticadas ao logo dos anos que antecederam sua presença nos tribunais. Assim, o que a princípio parecia à interseção de duas cidadelas letradas – a da medicina e a do direito – ia se configurando como uma sobreposição do saber médico ao saber jurídico até que a Medicina Legal se tornasse um nicho de atuação médica bem definido. Um campo de saber socialmente necessário, juridicamente autorizado e (isso porque) cientificamente instrumentalizado. Porém, a despeito das cercanias erguidas por cientistas médicos em torno da Medicina Legal, juristas e magistrados debatiam-se como

podiam para permanecer atuando ao menos como professores titulares nas faculdades de direito.

Uma dessas cercanias configurou-se com a reforma educacional de 1925 quando ficava restrito aos doutores médicos o acesso à cadeira de titular no ensino da Medicina Legal nas faculdades de direito. Tal reforma gerou enorme querela entre esculápios e juristas e tem sua maior expressão nas palavras de Alcântara Machado então titular da cadeira de Medicina legal na Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo ele seria mais lógico riscar a disciplina do programa das escolas jurídicas, pois em tal restrição não havia coerência e sobre a Medicina Legal declara: “*como ensiná-la a quem não tenha capacidade para sabê-la? Ou se trata de conhecimentos que um jurista esta em condições de aprender e, portanto, em condições de transmitir, depois de aprendidos, e não há motivo para excluir os juristas do professorado; ou se trata de conhecimentos que dependem de uma cultura especial, de que só os médicos dispõem, e não há ministrá-los a estudantes de direito*” [10].

Fixando o olhar sobre o debate em torno da epilepsia que partindo da idéia biológica do crime, justificava para que os médicos atuassem em uma área que a priori não fazia parte de suas atribuições, pode-se perceber que é justamente ai que o debate em torno da responsabilidade penal do epilético apresenta-se como uma das controvérsias nas quais se envolveu a Medicina Legal. Conclamada por Afrânio Peixoto como necessária para responsabilizar aqueles que oferecem grande risco à sociedade e gerando uma intensa discussão sobre se caberia ou não a esses indivíduos ditos perigosos a responsabilidade penal por seus delitos, tal debate se instaura num momento em que a medicina já dispunha de instrumental científico para considerar o doente de epilepsia não mais como um criminoso nato mas sim apenas como um paciente do qual deveria cuidar.

Os pressupostos lombrosianos, assim como o médico italiano, já há muito haviam caído em descrédito junto à comunidade científica internacional, além disso, a descoberta da rede neuronal, pelos cientistas Camilo Golgi e Ramon y Cajal oferecia, ao menos desde 1906 o conhecimento científico necessário para a mudança de paradigma com relação à epilepsia. Tanto é assim que quando os dois cientistas ganham o Prêmio Nobel de Medicina por suas descobertas, que permitiriam o conhecimento da etiologia da doença, tal feito científico já era conhecido por muitos dos médicos brasileiros que escrevem sobre a epilepsia e temas correlatos a esta doença no período estudado[11]. Muitos deles em seus artigos e teses, fazendo questão de mostrarem-se atualizados com a medicina internacional, não raras vezes citam as descobertas de Cajal e Golgi assim como a urgência de se observar, a partir de tais descobertas, *e de modo mais científico, a epilepsia* [12]. Porém não é difícil observar na mesma tese ou escrito científico que festeja as descobertas de Cajal e Golgi, a presença de resquícios do paradigma lombrosiano. Um desses casos pode ser observado em um dos trabalhos de Deolindo Octávio da F. Galvão, adjunto de Clínica Médica, assistente de Clínica propedêutica e Sócio fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia, o ilustre doutor em sua tese para concurso ao lugar de Lente substituto da 12^a. seção intitulada *a responsabilidade criminal nos epiléticos impulsivos* defendida em 1896, apesar de fazer claras referências aos dois cientistas e as suas descobertas, defende que em julgamentos cujo réu seja doente de epilepsia, “*antes da pena imposta pelo Juiz, em nome da Lei, deve-se ter em conta o diagnóstico firmado pelo médico em nome da ciência!*” pois para ele, assim como para outros médicos do seu tempo, “*o epilético é um paria da sociedade moderna*”.

Suas concepções sobre a epilepsia e sobre os doentes dessa enfermidade, faziam coro às reivindicações de Afrânio Peixoto. Heitor Carrilho, então diretor do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, mais de quarenta anos depois, demonstra partilhar das mesmas opiniões de Deolindo e Afrânio Peixoto ao lamentar que “*as providências de sequestro dos epiléticos perigosos só são tomadas, infelizmente, depois de realizados os delitos*” para ele os “*epiléticos com tendências anti-sociais não podem viver livremente*” [13]. Carrilho atesta

categoricamente que em casos de julgamentos, sendo o acusado um doente de epilepsia “*à tendência marcada para os sentimentos de ódio e de vingança, a perversidade instintiva (...) são revelações que devem influir no juízo da temibilidade dos epiléticos*”. Franco da Rocha já havia afirmado em 1918 que a hereditariedade e o alcoolismo são fatores de proliferação da epilepsia demonstrando assim a permanência de paradigmas lombrosianos no pensamento médico jurídico sobre a epilepsia. Na área de Antropologia criminal, também Edmur Aguiar Whitaker, premiado psiquiatra e ganhador do prêmio Oscar Freire de Criminologia, ao redigir um laudo para o Laboratório de Antropologia Criminal, afirma sobre um polêmico crime ocorrido em agosto de 1936 em que um homem, a quem chamou B. da S. M., abordou uma mulher na rua e pouco tempo depois, sem razão aparente, a esfaqueou até a morte. Dr. Whitaker afirma ter sido confirmado por técnica laboratorial o diagnóstico de epilepsia no agressor. Em seu laudo, esclarece que o assassino teria agido em estado de inconsciência por conta da doença e que esses estados de inconsciência são de grande importância para a Medicina Legal pois “*durante o seu curso é quando o epilético pode converter-se em um verdadeiro monstro social, capaz de cometer os piores e mais repugnantes delitos*” e por este motivo, atesta ao final do laudo, a periculosidade acentuada do agressor.

A manutenção de paradigma, de acordo com Thomas Kuhn, muitas vezes tem a ver com a permanência de muitos cientistas em postos que teriam sido conquistados quando da instauração daquele paradigma, para ele:

A transferência de adesão de um paradigma a outro é uma experiência de conversão que não pode ser forçada. A resistência de toda uma vida, especialmente por parte daqueles cujas carreiras produtivas comprometeu-os com uma tradição mais antiga da ciência normal, não é uma violação dos padrões científicos, mas um índice da própria natureza da pesquisa científica. A fonte dessa resistência é a certeza de que o paradigma antigo acabará resolvendo todos os seus problemas e que a natureza pode ser enquadrada na estrutura proporcionada pelo modelo paradigmático. Inevitavelmente em períodos de revolução, tal certeza parece ser obstinação e teimosia e em alguns casos chega realmente a sê-lo”. (KUHN: 1998, p.191-192). Se por obstinação e teimosia ou por manutenção de privilégios, jamais poderemos saber, o que sabemos e nos parece razoável afirmar é que o que sustenta o debate médico-legal em torno da epilepsia é justamente a manutenção do paradigma lombrosiano. E que tal debate, a luz do biodeterminismo, favorece a um só tempo, tanto o fortalecimento daquele lado frágil da Medicina legal – aquele que lida com *objetos comportamentais* - quanto reforça o discurso dos adeptos da Escola Positiva do direito que tem entre seus pilares as idéias de predisposição ao crime e de defesa social. Tal percepção nos permite dizer que o vigoroso debate sobre a inimputabilidade do crime em doentes de epilepsia, do qual fizeram parte médicos e juristas brasileiros do período estudado, sendo um debate que se quer científico, tem seus termos definidos na forma do preconceito, pois a base sobre a qual se firma e se justifica é a do postulado jurídico que se havia desenvolvido a partir de teorias já há muito não consideradas científicas. As de Lombroso.

Apesar das controvérsias científicas e em meio às disputas médico-jurídicas para definir a quem caberia o exercício do poder coercitivo sobre doentes com epilepsia que fossem a julgamento, a Medicina Legal seguia ganhando adeptos e produzindo muitos laudos, igualmente informados pelo preconceito, que mudariam completamente a vida de homens e mulheres que em algum momento, no período estudado, foram considerados epiléticos por terem cometido algum delito ou criminosos por serem doentes de epilepsia. E com relação àquela tal fragilidade dessa especialidade em relação a *objetos comportamentais*, parece ter sido, com o passar dos anos, superada uma vez que por volta de 1937, nas palavras de Flaminio Fávero “*a medicina legal, não é mais, apenas, a arte de fazer relatórios em juízo. E nem se contenta, agora, em concorrer com préstimos da biologia para auxiliar a justiça. Sua*

visão é mais ampla, tem mais vasto horizonte. Atua como medicina social (...) previne e repara os danos que os seus infortúnios causam, examina delinquentes jovens e adultos, facilitando diagnósticos, prognósticos e terapêuticas” [14] talvez por já estar consolidada.

Conclusões

As conclusões provisórias deste trabalho permitem perceber que, a existência de uma origem lombrosiana no pensamento médico brasileiro, sobretudo nos ramos da Medicina-Legal e da Psiquiatria nascente, é tão presente que mesmo quando não citado como fonte bibliográfica nos escritos médicos do período – teses, livros e periódicos especializados – os argumentos de Cesare Lombroso são facilmente identificáveis. E apesar das descobertas de Ramon Y Cajal e Camilo Golgi com relação à rede neuronal, dos avanços científicos na área médica e da relativa rapidez com que os debates médicos chegavam ao território nacional, o discurso sobre a propensão inata ao crime no portador de epilepsia foi sustentado ao menos até 1941 (data do livro de Hermielina Lopes Rodrigues Ferreira) por uma linhagem de médicos brasileiros entre os quais a figura de Afrânio Peixoto aparece como aquele que fez circular tais idéias tanto nas cidadelas letradas das Academias de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro como nas faculdades de Direito. É possível também afirmar que o debate sobre inimizabilidade do crime em indivíduos com epilepsia, apresenta-se como uma via de mão dupla, pois se por um lado possibilita a intervenção direta de esculápios e juristas na vida de doentes com epilepsia que tenham cometido algum delito, por outro forneceu um sólido terreno para a construção de uma especialidade médica cujo especialista poderia ser interpretado como a figura ampliada do tradicional médico clínico, que tem entre suas atribuições o cuidado dos corpos individuais. O Médico Perito passa a ser o responsável pela preservação de um corpo maior e mais complexo: o corpo social, uma vez que é o único capaz - e isso à luz da ciência médica - de determinar a culpabilidade ou inocência daquele que é identificado, pelo discurso lombrosiano, como sendo o próprio mal da sociedade. Nas próximas etapas do trabalho pretendo aprofundar tais percepções de modo a possibilitar um conhecimento, ainda que inicial, sobre o pensamento médico da segunda metade do XIX e as primeiras décadas do século XX com relação à epilepsia, a propensão ao crime e a Medicina Legal pondo em evidência que tal relação é atravessada pela presença de algo que, por definição, se contrapõe à ciência mas que, neste caso, caminha lado a lado com ela formando o par antagonico que dá título ao projeto original. Ciência e Preconceito.

Referências:

- 1 - FERREIRA, Edelberto de Lellis. *Epiléticos criminosos: grau de sua responsabilidade penal*. Rio de Janeiro: Faculdade de medicina do Rio de Janeiro, 1899. 66p
- 1 - GALVÃO, Deolindo Octávio da F. *Responsabilidade criminal nos epiléticos impulsivos*. Bahia: Diário da Bahia, 1896.
- 1 - MATTOS, Julio de. *Os Alienados nos Tribunais*. Vol II. Lisboa: livraria Tavares Cardoso e irmão, 1903.
- 1 - MOREIRA, Juliano. “Assistência aos epiléticos: colônia para eles.” IN **Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins**. Rio de Janeiro – ano 1, nº 2 – 1905.
- 1 - _____ e PEIXOTO, Afrânio. “A paranóia e síndromes paranóides” IN **Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins**. Rio de Janeiro – ano 1, nº 2 – 1905.
- 1 - MOTTA Manuel de Marsillac. *Das descargas motoras na epilepsia essencial, suas vantagens e danos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1900.
- 1 - RIBEIRO, Leonídio. *De médico a criminalista*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966

- 1 - SANTOS JUNIOR, Miguel Couto dos. *Histeria*. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1878.
 - 2 - LOMBROSO, Cesar *O homem criminoso*. Rio de Janeiro: Editora Rio – Faculdade de Direito Estácio de Sá, 1983.
 - 3 – Idem. p. 456.
 - 4 - RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 156p.
 - 5 - PEIXOTO, Afrânio. *Epilepsia e Crime*. Bahia: V. Oliveira & Comp, 1898. p176
 - 6 - HERSCHMANN, Michael. “Entre a insalubridade e a ignorância. A construção do campo medico e do ideário moderno no Brasil” IN KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael e NUNES, Clarice. *Missionário do Progresso. Médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro. 1870 – 1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
 - 7 - CORRÊA, Mariza. *As Ilusões da liberdade: A escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: editora da Universidade São Francisco, 2001. 404p.
 - 8 - COELHO FERLA, Luis Antônio. *Feios, sujos e malvados sob medida*. Tese (Doutoramento em Ciências Humanas) - faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.
 - 9- PEIXOTO, Afrânio. *Criminologia*. 3. ed. -. São Paulo (SP): Ed. Nacional, 1936
 - 10 – MACHADO Alcântara. *O ensino de medicina legal nas escolas de direito*. **Revista de Criminologia e Medicina Legal**, São Paulo, v. 2, n. 3-4, p. 3-16, 1928.
 - 11 - GALVÃO, Deolindo Octávio da F. *Responsabilidade criminal nos epiléticos impulsivos*. Bahia: Diário da Bahia, 1896.
 - 11 - MOTTA Manuel de Marsillac. *Das descargas motoras na epilepsia essencial, suas vantagens e danos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1900.
Bahia: FAMEB, 1899.
 - 11 - RAMOS, Parmenio José. *Ligeiras Reflexões sobre o Tratamento Cirúrgico da Epilepsia*.
 - 12 - GALVÃO, Deolindo Octávio da F. *Responsabilidade criminal nos epiléticos impulsivos*. Bahia: Diário da Bahia, 1896.
 - 13 – CARRILHO, Heitor. Da temibilidade dos epiléticos. **Revista Penal e Penitenciária**, São Paulo, v.1, n.2, p. 267-288. 1940.
 - 14 – FÁVERO, Flamínio. Discurso de abertura da “1ª. Semana paulista de Medicina Legal” proferido pelo professor Flamínio Fávero (presidente). **Arquivos da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia**, São Paulo, v. 8, p. 5-14, 1938^a. Suplemento. Anaes da Primeira Semana Paulista de Medicina Legal, 1937, São Paulo.
-